REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 54 / JANEIRO A MARÇO 99 / ANO 12

EDITORIAL

Este número de "O Referencial" chega aos seus leitores em pleno período de comemorações do XXV Aniversário do 25 de Abril. Vinte cinco anos é a idade da maturidade, da fecundidade. São as "bodas de prata" de um acontecimento da nossa história recente que transformou radicalmente a sociedade portuguesa e que, com as suas potencialidades e vulnerabilidades, se consolidou e parece hoje natural. O que tem também o inconveniente de favorecer o esquecimento da realidade em que o 25 de Abril se deu e das enormes contradições que se acumularam e que caíram sobre os ombros dos jovens "capitães de Abril".

É, por isso, importante, que de quando em vez se faça um esforço para reavivar a memória.

Os números de "O Referencial" nunca são rigidamente temáticos, abordando, em geral, matérias diversas. Este não fugirá à regra mas, dada a oportunidade, dará especial realce ao XXV Aniversário do 25 de Abril.

A opinião pública foi sacudida, nos últimos tempos, pela controversa alimentada em torno de um "estudo técnico" elaborado por um grupo de associados da A25A, a pedido de sectores influentes do poder político, visando a solução de problemas ainda em aberto e que afectam as carreiras de militares que se empenharam no 25 de Abril e no processo revolucionário, entre eles uma significativa maioria de praças e sargentos.

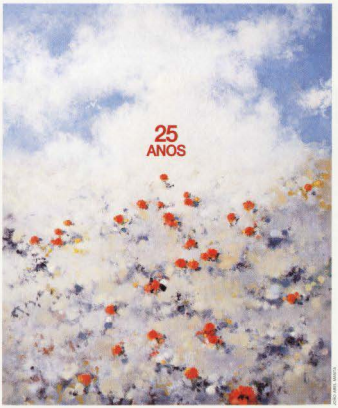
Não é este o espaço próprio para entrar no pormenor desta matéria, que será tratada com o relevo que merece no caderno "Da Direcção". Mas tem aqui cabimento numa reflexão por ela sugerida.

Considero que a admissão da promoção dos oficiais que haviam sido graduados durante o período revolucionário e a sua inclusão neste estudo técnico constituíu um erro. E não sou, aqui, excepção, pois os próprios autores do estudo assumiram o erro, a direcção da A25A, pela voz do seu presidente, reconheceu o erro e a Assembleia Geral, reunida em sessão ordinária em 13 de Março, confirmou o reconhecimento do erro.

Mas a polémica levantada serviu, afinal, para denunciar que a verdadeira questão que esteve na base de tanta "indignação" do restrito "clube" de alguns "ilustres" *opinion maker* da nossa praça, não era aquela. Já em 1988, em pleno governo de maioria absoluta do PSD, o poder político promovera a oficial general o coronel na reserva Pires Veloso, invocando exactamente o facto de ter estado graduado nesse escalão durante o período revolucionário, sem que qualquer clamor se tivesse manifestado.

O verdadeiro problema reside naquilo que os militares que agora podiam ser objecto de promoção representam, isto é, o processo revolucionário. Reside no facto de estes militares do MFA, enquanto estiveram graduados, se

(Continua na última pág.)



25 ABRIL . 1974-1999

SUMÁRIO

Editorial	1
Sementes de Abril	3 a 6
25 de Abril, Ano XXV	7 a 21
Mosaico	22 e 23
Vida Associativa	24
Ler, Ver e Ouvir	25 a 27
Da Direcção	28 a 34
Desporto e Recreio	35

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Escadas do Barredo, 120 R/c Esq.
Tel./Fax: (02) 203 11 87 - 4050 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

ESTATUTO EDITORIAL

A partir deste número, a direcção de "O Referencial" passa a ser partilhada.

Em consequência de dificuldades na disponibilidade de tempo do actual director, mas também com o intuito de introduzir ideias novas que impeçam a cristalização rotineira, "O Referencial" passa a contar com o nosso sócio fundador e homem do 25 de Abril desde a primeira hora, coronel José Cardoso Fontão.

Já colaborador frequente destas páginas e com vocação para intervenção através da escrita, Cardoso Fontão assumirá as funções de director-adjunto e assegurará a coordenação redactorial do nosso boletim.

Exactamente porque passa a ter uma direcção partilhada, pensamos que é útil vincularmo-nos a um compromisso editorial, muito simples, que passa a constituir o "Estatuto Editorial" de "O Referencial" e que tem também a concordância da direcção da A25A. E dele damos público conhecimento aos sócios da Associação e nossos leitores.

"O Referencial" é o órgão informativo da A25A, em cujos objectivos estatutários se inscreve toda a sua orientação.

"O Referencial" é um espaço editorial onde cabe a opinião de todos os associados da A25A, independentemente das suas posições face aos corpos sociais da Associação.

- **Os artigos de opinião, devidamente assinados e identificados, apenas vinculam e responsabilizam os seus autores.**
- **A Redacção de "O Referncial" reserva-se a capacidade para decidir da sua publicação, decisão que se orientará, exclusivamente, por critérios editoriais, que tenham a ver com o julgamento da qualidade, oportunidade, dimensão, volume da colaboração recebida e ajustamento aos Estatutos da A25A.**

O corpo directivo e redactorial de "O Referencial" deve merecer a confiança programática e funcional da Direcção da A25A, entidade a quem compete a sua nomeação e exoneração.

Os corpos sociais da A25A, incluindo as Delegações e Núcleos, dispõem, em "O Referencial", de espaço próprio para se dirigirem aos associados pelo que, em todos os números, serão incluídos cadernos próprios, cuja dimensão, composição e conteúdo, será da exclusiva responsabilidade de cada um dos corpos sociais.

Estatuto Editorial

Na capa: *Cartaz Comemorativo do XXV Aniversário do 25 de Abril, da autoria do nosso associado JOÃO ABEL MANTA*

CONTRIBUIÇÃO PARA A BIOGRAFIA DE UM MILITAR DE ELEIÇÃO

O coronel Augusto Pastor Fernandes morreu em 30 de Junho passado

Muitos militares, especialmente os artilheiros mais velhos, o conheceram porque, de entre os professores da Academia Militar, era um dos mais estimados e respeitados, não só pela sua afabilidade mas também pela sua cultura e porque sabia ensinar. Muitos outros militares o conheceram ou ouviram falar nele pela paixão que tinha pela física e pela biologia, ou porque se envolveu na revolta da Sé tendo estado preso em Elvas, ou ainda porque foi recusada a sua promoção a coronel, a qual apenas se veio a verificar depois de 25 de Abril.

Porque se envolveu na revolta da Sé tendo estado preso em Elvas, foi recusada a sua promoção a coronel, a qual apenas se veio a verificar depois de 25 de Abril.

Eu tive o privilégio de ter sido seu aluno na Academia Militar e de, alguns anos passados, os acasos da vida nos terem juntado em Dili, onde ao longo de dois anos de comissão tive oportunidade de apreciar as suas qualidades de carácter, a sua cultura e a sua grandeza de alma. Foi uma amizade que nasceu ali e que ficou para toda a vida.

A apresentação de alguns pequenos episódios, nos quais directa ou indirectamente também participei, foi a forma que encontrei de prestar uma modesta homenagem ao grande amigo, ao cidadão exemplar e, ao mesmo tempo, militar de eleição.

O desterro

Em Janeiro de 1961, depois de cumprida a pena de prisão a que fora condenado na sequência da abortada Revolta da Sé, o Pastor Fernandes foi nomeado para Timor onde não tinha lugar orgânico, ou seja, não ia substituir ninguém, nem ia preencher nenhuma vaga em aberto.

Esta deportação, encoberta por nomeação militar, não era caso único na época, pois o próprio comandante militar de então, tenente coronel Serpa Soares, chegado cerca de um ano antes, também ele fora para ali "chutado" na sequência de complicações de natureza política relacionadas com as eleições em que participou o general Humberto Delgado. E, decerto, não teria sido por acaso que ali foram parar numerosos outros militares desafectos ao regime de então, tanto milicianos como do quadro permanente[1].

O próprio comandante militar de então, tenente coronel Serpa Soares, também ele fora para ali "chutado" na sequência de complicações de natureza política relacionadas com as eleições em que participou o general Humberto Delgado.

O Comandante Militar, logo que tomou conhecimento da nomeação do Pastor Fernandes, propôs para Lisboa a criação do cargo de 2.º comandante que lhe deveria ser destinado. Esta proposta, para além de traduzir o mérito que lhe reconhecia, também visava enriquecer o Comando Militar com a valiosa contribuição, que concerteza viria a dar. Escreveu-lhe então uma carta em que, além de o informar sobre a proposta que apresentara, expressava quanto se sentia honrado por tão digno colaborador e dizia que a enorme satisfação manifestada pelos artilheiros, quando tiveram conhecimento da sua nomeação, seria concerteza um lenitivo para o desterro que lhe fora imposto.

Possivelmente, esta "ousadia" de pretender elevar o "ex-presidiário" a tão elevado cargo foi também uma atitude de solidariedade política e talvez a assunção de uma espécie de desafio ao regime de então, por parte do Comandante Militar.[2]

Grande desapontamento para o Pastor Fernandes quando, ao desembarcar em Dili, rodeado de amigos que o aguardavam, foi informado que o Serpa Soares tinha sido recambiado para Lisboa.

De réu a juiz Presidente

Naquela época era governador o major Filipe Themudo Barata, homem que saíra de obscuro lugar de major na Fábrica de Braço de Prata e que não tinha experiência colonial anterior nem prestígio que justificasse a nomeação para aquele cargo. Naturalmente, como era bastante comum, as razões dessa nomeação, para além das "empenhocas" próprias de quem ambicionava uma carreira política, foram a subserviência e a fidelidade aos ideais da União Nacional, pois ele era, de facto, um servo fiel do salazarismo, ou melhor, admirador convicto e obrigado.

Foi este nosso "salazarento" que se sentiu ofendido e humilhado com a proposta de elevar o Pastor Fernandes a segundo comandante, ainda por cima sem a sua prévia consulta. Na sua interpretação, a razão de todos os problemas que afligiam o seu governo residia na falta de "vassalagem" do Comandante Militar, que, de facto, em conformidade com a legislação vigente, não dependia do governador, mas sim directamente do Ministério da Defesa. Agora, esta proposta foi a gota de água que fez transbordar o copo dos conflitos latentes e, por sua exigência, o Serpa Soares veio de escantilhão, convocado para Lisboa afim de falar com o ministro. Parece que não chegou a falar com o ministro e nunca mais o deixaram voltar a Timor.

Quando o Pastor Fernandes desembarcou, já o ten-coronel Nascimento, entretanto chegado de Lisboa, assumira interinamente as funções de Comandante Militar. Provavelmente trazia instruções para se subordinar ao governador colonial e daí que uma das suas primeiras medidas tenha sido a nomeação do nosso "ex-presidiário" para o inócuo lugar de Juiz Presidente do Tribunal Militar. Gracejava o Pastor Fernandes: neste país, devo ser o primeiro presidiário a ser promovido a juiz.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

O visitante da tribuna livre

A quietude dos fins de tarde em Dili, associada à distância da mãe pátria e às ameaças existentes de invasão por parte da Indonésia, propiciavam a reflexão e a troca de ideias, em especial entre os oficiais mais jovens, muitos dos quais revelavam formação política consentânea com os valores democráticos.

Aquela messe de oficiais de Taibessi, em Dili, era uma verdadeira tribuna livre onde se discutia política sem quaisquer peias, alto e bom som, muitas vezes até altas horas da madrugada. E, claro, criticava-se o regime de então, a guerra colonial e a própria política local.

Aquela messe de oficiais de Taibessi, em Dili, era uma verdadeira tribuna livre onde se discutia política sem quaisquer peias, alto e bom som, muitas vezes até altas horas da madrugada. E, claro, criticava-se o regime de então, a guerra colonial e a própria política local.

O Pastor Fernandes morava ali mesmo ao pé, e, embora as suas visitas não fossem muito frequentes, pouco a pouco, a sua simpatia, a sua cultura e o seu espírito franco e aberto foram cativando todos com quem convivia, em especial esses militares.

Curiosamente pouco falava de política, mas a clareza do raciocínio e de exposição a todos deixava suspensos quando discorria sobre os temas mais variados. À sua sólida cultura associava uma enorme curiosidade intelectual, uma notável capacidade de expressão e um entusiasmo exuberante por tudo o que fosse inovador ou que pudesse contribuir para enaltecer os valores democráticos e para a dignificação do homem. Era um verdadeiro arauto de novas ideias e de afirmação do homem como motor das transformações sócio-políticas, coerente com o que transmitiu nos livros que nos legou. Como ele dizia, a páginas 17 do seu livro "o desperdício do homem":

Era um verdadeiro arauto de novas ideias e de afirmação do homem como motor das transformações sócio-políticas.

Em vez de desfilarmos perante um filme onde tenham sido previamente inscritas todas as imagens da vida, é mais natural pensar-se que cada um de nós vai construindo esse filme dia após dia, com a sua liberdade e inerente responsabilidade.

O sonho das cooperativas

Algum tempo depois da perda de Goa, perante as ameaças de invasão da Indonésia, o governo da colónia, agora em boa harmonia com o novo comandante militar - brigadeiro Pires Barata -, aproveitando a tradição guerreira do povo timorense criou as tropas de segunda linha, mobilizando os homens válidos de uma ponta à outra do território.

Os timorenses aderiam porque em boa verdade não os seduzia a ideia da integração na Indonésia e porque os miseráveis benefícios que iam auferir - um teto, uma farpela de militar e feijão ou milho com peixe seco a horas -, eram atractivos consideráveis, atendendo às enormes dificuldades com que viviam.

Foram então constituídas unidades locais, as quais ficavam dependentes das autoridades administrativas, mas que eram apoiadas para efeitos de preparação e instrução por militares que foram destacados para o efeito. A nível central, existia um órgão de coordenação e fiscalização, para o qual foi nomeado o Pastor Fernandes, que assim passou a Inspector das Tropas de Segunda Linha.

Foi a oportunidade de sonhar e de imaginar que podia aproveitar o seu cargo para promover o desenvolvimento do território e a melhoria de vida das populações. Entrou então em contacto com o cônsul da Austrália', a quem pediu apoio documental para se informar das experiências de desenvolvimento levadas a cabo pelo governo australiano, em especial na Nova Guiné e não tardou que o próprio cônsul estivesse também entusiasmado com o projecto. E a documentação ia chegando, quase sempre animadora, não só sobre a nova Guiné mas também sobre outras experiências levadas a cabo nalgumas ilhas do Pacífico e na Malásia.

A PIDE não estava a dormir e o chefe do serviço, inspector Rego, sentia-se humilhado pelo desprezo acintoso a que grande parte dos militares o votavam. De certo que na sua pidesca mente o inspirador de tais atitudes só podia ser o Pastor Fernandes, a quem notoriamente dedicava especial atenção. E, na sua opinião, os contactos e a amizade com o cônsul da Austrália estavam com certeza relacionados com os artigos de imprensa publicados naquele país, onde se punha em causa a política colonial portuguesa, opinião que chegou a exprimir publicamente. A que se destinaria agora aquela actividade frenética?

A PIDE não estava a dormir e o chefe do serviço, inspector Rego, sentia-se humilhado pelo desprezo acintoso a que grande parte dos militares o votavam.

Muitas e muitas noites o Pastor Fernandes trabalhou até de madrugada, estudando e elaborando projectos, decerto sem se aperceber que as horas passavam, porque era muito grande o entusiasmo com que encarava o empreendimento. Basicamente tratava-se da criação de cooperativas para complementar a actividade militar com a actividade produtiva, em especial no domínio da agricultura, transformando as diversas unidades de segunda linha em cooperativas de soldados-trabalhadores. Previa o desenvolvimento faseado, de tal forma que passados alguns anos as receitas auferidas permitiriam dispensar o apoio orçamental do estado, que seria utilizado para a expansão do sistema, com a criação de novas unidades. O projecto encarava também a construção de casas de habitação assim como a criação de escolas e outras infra-estruturas. Era realmente aliciante e estava quantificado ao mais ínfimo pormenor, sendo de realçar que não implicava aumento das despesas orçamentais.

Avançar ou não com o projecto, pelo menos numa primeira fase, parecia uma decisão da competência da Inspecção das Tropas de Segunda Linha, já que se tratava apenas de programação das actividade diárias e não envolvia despesas suplementares. No entanto, o Pastor Fernandes resolveu apresentá-lo ao Governador e ao Comandante Militar, os quais já deviam estar devidamente alertados pela PIDE, para as intenções de tão descarado "vendedor de pátrias". Claro, a rejeição foi total e imediata, em especial por parte do governador, que achou por bem cortar logo o mal pela raiz. Conforme contava depois o Pastor Fernandes, a "cantiga" era mais ou menos esta: sabe, oh Pastor Fernandes, em primeiro lugar o trabalho iria contrariar o espírito guerreiro próprio dos timorenses. Eles não gostam de trabalhar e, além disso, porque é que você se lembrou de cooperativas? Cooperativas não são solução que se compatibilize com o nosso sistema político e depois, sabe, os timorenses são muito individualistas e rejeitam organizações deste tipo.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Se comerem muito os timorenses ficam indolentes

Os meses foram correndo com o Pastor Fernandes armado em inspector do espírito guerreiro dos timorenses e da forma como faziam manejo com as suas armas de pau. Eis senão quando começam a surgir rumores de corrupção, correndo que as autoridades administrativas desviavam em proveito próprio parte dos míseros três escudos e cinquenta centavos ou cinco escudos/ /dia/homem destinados à alimentação. E aí resolve o nosso D. Quixote inspeccionar a companhia de 2ª linha de Manatuto, onde verificou que tais rumores traduziam o que de verdade se estava a passar. Agora a cantiga do governador era diferente e rezava mais ou menos assim:

Oh Pastor Fernandes, lá está você a arranjar-nos complicações. Nesta altura, quando pairam sérias ameaças de invasão por parte da Indonésia, está V. a arranjar conflitos entre as autoridades administrativas e os militares, conflitos esses que não interessam a ninguém. Os administradores têm muita experiência de trabalhar com esta gente e, além disso, mais do que nunca, teremos de estar unidos. Você não vê que os timorenses se comerem muito ficam indolentes e depois nem sequer querem lutar!

Então, como agora, a corrupção era tolerada, mas não podia dar nas vistas.

E aí vai o Pastor Fernandes afastado do cargo de Inspector das Tropas de Segunda Linha, sacrificado em nome da defesa do já caduco império e da salvaguarda da fachada moral com que o regime se pretendia apresentar.

Então, como agora, a corrupção era tolerada, mas não podia dar nas vistas.

Perdida esta batalha ele não desmobiliza - pois conhecia muito bem a lógica do sistema - sabe que a caminhada será longa e penosa. Foi mais um sonho que passou, na certeza de que outros viriam e de que, em cada momento, sempre saberia encontrar o caminho da verdade e da justiça.

Eu não quero perturbar

Alguns meses depois do 25 de Abril, o Pastor Fernandes dirige-se ao Serviço de Documentação da Comissão de Extinção de Pide solicitando que lhe fosse facultada o processo relativo à Revolta da Sé. Conversa puxa conversa, até que revelou as razões que o levavam a pretender consultar esses documentos. É que, dias antes, fora publicada num jornal diário uma entrevista dada por um dos responsáveis civis pela Revolta da Sé, na qual este referia que esta abortara porque os militares tinham "borregado".

Havia alguma exaltação da sua parte, pois considerava a acusação uma infâmia e pretendia repor a verdade dos factos.

O Pastor Fernandes até conhecia, em pormenor, as circunstâncias em que os responsáveis civis tinham sido detidos pela PIDE, assim como sabia quem tinham sido os seus delatores, a quem desculpava por conhecer perfeitamente os métodos utilizados nos interrogatórios e saber que as declarações tinham sido prestadas sob efeitos da tortura. Não podia era aceitar que um deles quisesse agora "saltar para a ribalta" atirando com responsabilidade do fracasso para cima dos militares[4].

O oficial que o atendeu ficou preocupado porque lhe parecia que não era o momento adequado para trazer para a praça pública assunto tão melindroso que envolvia conhecidas figuras de democratas. Lá encontrou forma de protelar a decisão: porque seria necessária uma pesquisa documental demorada, porque ainda se estava num período de arrumações do arquivo onde isso se poderia encontrar, etc. e apelou para a Comissão Coordenadora do MFA, que alguns dias depois se pronunciou pela negativa.

E, infelizmente, tudo ficou como estava.

Generosamente o Pastor Fernandes aceitou as justificações que lhe foram dadas. Eu também não quero perturbar, disse.

Ele viveu a vida intensamente, com vitórias e derrotas, olhando sempre em frente e de cabeça erguida, respeitando amigos e inimigos, procurando sempre dar a sua contribuição para a construção de um mundo mais justo e mais fraterno.

Ele viveu a vida intensamente, com vitórias e derrotas, olhando sempre em frente e de cabeça erguida, respeitando amigos e inimigos, procurando sempre dar a sua contribuição para a construção de um mundo mais justo e mais fraterno.

Alguns dados biográficos da sua carreira militar

- O cor. Augusto Pastor Fernandes nasceu em Lisboa no ano de 1914.
- 1934 - entrou para a Academia militar,
- a partir de 1952 - prof. na Acad. Militar
- 1958 - nomeado professor catedrático da cadeira de Tiro de Artilharia,
- 1959 - aderiu ao denominado Movimento Militar Independente tendo sido o responsável militar da que ficou conhecida pela Revolta da Sé; foi exonerado dos seus cargos na Academia Militar e preso preventivamente até ao seu julgamento, em Outubro de 1960
- 1960 - condenado em 16 meses de prisão, com pena suspensa, por três anos.
- 1961 - colocado (deportado) em Timor, onde não tinha lugar orgânico.
- 1963 - regresso a Lisboa.
- 1964 - colocado nos Serviços Cartográficos do Exército onde Chefiou a Divisão de Cartografia. Desempenhou interinamente as funções de chefe dos Serviços Cartográficos do Exército
- 1966 - Foi-lhe recusada a promoção ao posto de coronel
- 1967 - Passou à situação de reserva

Livros publicados:

Introdução ao estudo do átomo
Os jovens e a escolha da profissão.
- Editorial o Século, 1970

Caminhos do progresso.
- Editorial o Século, 1971

Homens e desperdício.
- Edições António Ramos, 1982.

Cargos não militares

Técnico do Instituto Português de Oncologia
Serviço de Relações Públicas de "o Século"
Consultor da Secretaria de Estado da Energia

---

[1] Ainda bem que assim foi, pois originou que Timor tivesse funcionado como uma verdadeira escola de formação política.

[2] Aliás, não foi este o primeiro desafio que fazia ao regime, pois, já há alguns meses atrás, ele enviara um relatório para Lisboa sobre a situação no território, onde punha a nu as prepotências e arbitrariedades da administração colonial, e onde chegava ao "desplante" de comparar as dotações orçamentais para a segurança com as que se destinavam à educação e ao desenvolvimento.

[3] O consul da Austrália era então o senhor James Dunn o qual, desde a ocupação indonésia, em diversos foruns internacionais, tem sido incansável em defesa do povo de Timor.

[4] Diga-se, em abono da verdade, que muitos militares comprometidos com a revolta da Sé só não foram presos devido à firmeza e frontalidade do Pastor Fernandes. Ele foi uma espécie de escudo protector assumindo por si só todas as responsabilidades.

Pastor Fernandes: Um comentário da sua viúva

Escrever sobre a tentativa revolucionária de 12 de Março de 1959, passados 40 anos, apresenta grandes dificuldades, sobretudo pelo desaparecimento do seu chefe militar – Augusto Gomes Pastor Fernandes – pois dele só ficaram as memórias das conversas.

Entre essas dificuldades avultam três circunstâncias de natureza completamente diferente:

Em primeiro lugar, o 12 de Março de 1959 é uma história praticamente desconhecida do povo português. Pode até afirmar-se que de entre todas as revoluções ou tentativas revolucionárias verificadas entre o advento da República em 5 de Outubro de 1910 e o Movimento do 25 de Abril de 1974, a tentativa de 1959 é a mais desconhecida. O pouco que foi dito foi sempre apresentado tendenciosamente, a começar pelo regime Salazarista, que qualificava toda e qualquer oposição de Comunista... Na altura, diziam até que o Movimento era subsidiado pela União Soviética...

O 12 de Março de 1959 é uma história praticamente desconhecida do povo português.

Em segundo lugar, pelo respeito humano que Augusto Gomes Pastor Fernandes sempre teve pelos outros. Para repôr toda a verdade, iria certamente ferir pessoas ainda vivas. E compreende-se porquê. Para uma pessoa como ele, com o seu carácter de excepção, sério, rectilíneo e muito, muito corajoso... nunca foi fácil tomar uma decisão destas.

Em terceiro e último lugar, por uma mágoa muito grande e que infelizmente levou consigo. É fácil para os homens acusar...

Neste últimos 25 anos foi acusado pela sua "cobardia" (!!!) de não ter querido derramar sangue, várias vezes por civis – pessoas de alto valor – e até pelos seus próprios camaradas de armas... Cito, por exemplo, o Coronel Clodomiro Alvarenga que disse, já em 1966... "O golpe abortou devido a uma contra-ordem dada pelo Major Pastor Fernandes, que se precipitou"...

Só se pode compreender isto por pura maldade, despeito ou por ter de haver um bode expiatório, pois demonstra um desconhecimento absoluto do que era o regime em que se vivia, o que não devia ser o caso...

Para uma pessoa como ele, com o seu carácter de excepção, sério, rectilíneo e muito, muito corajoso... nunca foi fácil tomar uma decisão destas.

O Ministério do Exército tinha sido informado, às 18h00, que naquela noite se iria desencadear um golpe militar às 00h00.

Nessa noite, estavam vários oficiais na Nucleon (quartel-general) quando obtiveram a informação de que o Ministério do Exército tinha sido informado, às 18h00, que naquela noite se iria desencadear um golpe militar às 00h00.

O primeiro pensamento que teve foi avisar os civis que estavam na Sé e o Capitão Almeida Santos, que estava em Cavalaria 2. Pouco depois, o prédio onde estavam foi cercado pela PIDE, devidamente armada.

Três dias depois os civis foram presos. Conhecemos bem os métodos que a PIDE usava para os fazer falar. Foram heróis, é certo, apenas disseram que quem chefiava o Movimento era um Major calvo... e 8 dias depois, ao entrar em casa, tinha-a cercada e foi preso. Deixaram-no ir avisar a família "de que ia para Sta. Margarida em manobras" e recebe nesse instante um telefonema de Otelo Saraiva de Carvalho (os militares de Abril foram, muitos deles seus alunos) pedindo-lhe para adiar um ponto que tinham no dia seguinte e a resposta foi: sim senhor, fica adiado sine die...

Notícia de Loulé

O referencial foi visitar o nosso associado Sr. Filipe Viegas Aleixo, infelizmente vítima de um acidente que lhe limitou as capacidades motoras, sem que isso diminua o seu sentido participativo na construção de uma sociedade justa e fraterna.

Foi um bravo da Resistência, participou no assalto ao "Santa Maria" e na operação conduzida por Palma Inácio na Figueira da Foz, tem publicado artigos de opinião e projecta a edição de dois livros.

O seu carinho pela Associação 25 de Abril sensibilizou-nos, até porque fez questão em contribuir generosamente para os encargos da nova sede.

Não sendo possível publicar tudo quanto vem escrevendo na sua inquietação e com espírito construtivo, transcrevemos dois pequenos trechos:

Do Artigo "As crianças são a razão da vida" (que pretende publicar em livro)

"É certo que as crianças de hoje chegam à maturidade mais cedo, quer no plano físico, quer no social. Mas, contudo, não deixam de ser crianças. Os adultos devem lembrar-se disso para as proteger, não só no primeiro de Junho, dia internacional da criança, mas durante todo o ano. As crianças são os nossos juízes de amanhã; são os críticos dos nossos pareceres e actos; são as pessoas que entram no mundo para realizar novas formas de vida. Que as crianças terminem o trabalho iniciado pelos adultos, corrijam os seus erros e sigam na vida abrindo as portas da felicidade."

Que as crianças terminem o trabalho iniciado pelos adultos, corrijam os seus erros e sigam na vida abrindo as portas da felicidade.

Da "Mensagem à Juventude pelo Vigésimo Aniversário do 25 de Abril"

"A juventude, para determinar correctamente a sua posição na vida, precisa de ver com clareza este Mundo, de compreendê-lo em todas as contradições e complexidades. Quem é que na sua juventude não reflectiu sobre o sentido da vida? Quem não meditou sobre a Felicidade, a Justiça e o destino da Humanidade?

É muito importante criar condições aos jovens para que no vigor dos seus anos mostrem interesse pela vida, se dediquem à fonte vivificante desta obra, para responder aos mais agudos problemas da existência humana, com todas as suas inquietações, problemas e esperanças...

Temos, portanto, de unir o processo de renovação da nossa sociedade e o processo de Educação Moral do Homem a um todo unitário. Embora o sentimento do dever cívico encontre alimento abundante no nosso presente, a nossa História tem igualmente de lhe servir de fonte.

Um dos grandes filósofos atribui enorme significado à formação da Consciência Histórica. Considera que a tarefa politicamente mais importante é escrever-se um manual escolar sobre a História Pátria, que, do ponto de vista do método e do conteúdo, tivesse bases científicas, fosse expressivo no estilo e popular na apresentação.

Acho que devemos apreciar devidamente os dias que vivemos a seguir ao 25 de Abril, mesmo os dias mais difíceis, não foram em vão. Tudo isto faz parte da nossa História. Como se pode permitir uma atitude leviana em relação aos que criaram os fundamentos do 25 de Abril e permitiram o nosso avanço?

Quantas outras modificações se operaram depois do 25 de Abril no nosso país e no mundo? É isto que temos de compreender para que possamos falar bem alto do 25 de Abril".

Como se pode permitir uma atitude leviana em relação aos que criaram os fundamentos do 25 de Abril e permitiram o nosso avanço? Quantas outras modificações se operaram depois do 25 de Abril no nosso país e no mundo? É isto que temos de compreender para que possamos falar bem alto do 25 de Abril

No âmbito das Comemorações do XXV Aniversário do 25 de Abril, a A25A decidiu assinalar alguns dos momentos mais significativos do período da formação e consolidação do MFA. Assim, teve lugar uma reunião na casa do Coronel Marcelino Marques, onde em 5 de Fevereiro de 1974 se discutiu o projecto de um programa político a apresentar aos portugueses, e onde foi afixada uma lápide evocativa. Ocorreram também uma série de cerimónias promovidas pelo Município de Cascais de homenagem aos capitães de Abril e evocativas da reunião de 5 de Março de 1974, naquela vila, na qual foi aprovado o manifesto "O Movimento as Forças Armadas e a Nação", que procedeu o "Programa do MFA".

Destes eventos incluiremos os discursos do Cor. Marcelino Marques e do Dr. Germano de Sousa, presidente da A M de Cascais.

Algumas palavras de Homenagem aos capitães de Abril

(Discurso proferido pelo Presidente da Assembleia Municipal de Cascais, Germano de Sousa, Bastonário da Ordem dos Médicos, por altura das comemorações das reuniões preparatórias do 25 de Abril que tiveram lugar no concelho de Cascais)

"Que tiene esta tiera, por defuera riente e blanda e por dentro tan atormentada e tragica?" perguntou-se em pleno salazarismo um dia Miguel Unamuno, o grande intelectual e democrata Unamuno que ousou enfrentar os generais de Franco e que no seu livro "Por tieras de Portugal e España " tão bem retratou a apagada tristeza deste povo que tanto amou.

Que podia esperar Unamuno de um povo que, parafraseando o António Ferreira "a medo escrevia e a medo falava" e que quando sonhava com palavras tão bonitas como liberdade, igualdade, justiça e fraternidade se interrogava angustiado se o teria feito em voz demasiado alta não fosse ser escutado pela sua própria sombra a toda poderosa e tenebrosa P.I.D.E.

Um povo que, parafraseando o António Ferreira "a medo escrevia e a medo falava".

Ainda se Portugal fosse como Alexandre O'Neil caricaturou: "Só três letras"...

"o sal, o sol, o sul
o ladino pardal
o manso boi coloquial
a rechinante sardinha "

Mas não, Portugal era, como tão certeiramente, O'Neil o lamentou:

Um golpe até ao osso, fome sem entretém
perdigueiro marrado e sem narizes, sem
perdizes
rocim engraxado
feira cabisbaixa
meu remorso
meu remorso de todos nós"

E o remorso de todos nós ia-se gradualmente tornando revolta. Com Manuel Alegre:

Vi os velhos e os meninos assentados,
Nos degraus da tristeza, vi meu povo
cismando
Vi os campos desertos vi partir soldados
Sobre o meu povo negros corvos vi
pairando"

E Portugal tornou-se uma prisão, a Europa lugar de exílio e a África lugar de morte. E eu que também lá estive, vi com os olhos turbados por impotentes lágrimas de raiva e frustração do médico militar que já nada podia fazer pelos amigos que tombavam,

"No plaino abandonado
Que a morna brisa aquece
De balas trespassado
Duas de lado a lado"

E vinham-me à lembrança a "A segunda canção com lágrimas " do meu querido amigo Manuel Alegre que tanto a viveu:

E Portugal tornou-se uma prisão, a Europa lugar de exílio e a África lugar de morte.

"Meu amigo cantava. Dizem que cantava
E de repente
quebraram-se nas veias os relógios onde
os ponteiros marcavam vinte e cinco anos
Vinte e cinco navios vinte e cinco mapas
vinte e cinco viagens para sempre adiadas
Meu amigo quebrou-se como se fosse de vidro
Ficaram vinte e cinco pedaços de um homem

Porém, tal como eu, tal como todos nós, tal como todos os portugueses que sabiam que a "Pátria não eram os ditadores mas este povo", os Capitães sonhavam com Abril, que poderia ser qualquer mês desde que

Os portugueses que sabiam que a "Pátria não eram os ditadores mas este povo"

rimasse com dignidade, democracia e libertação do povo português.

E o drama dos ditadores era que não podiam proibir ou prender o sonho. Era não saberem entender António Gedeão quando lhes cantou que,

"o sonho comanda a vida
e que sempre que um homem sonha
o mundo pula e avança
como bola colorida
entre as mãos de uma criança"

E muito menos sabiam que o "coração que nasceu livre não se pode acorrentar" e que não " há machado que corte a raiz ao pensamento".

Mas os capitães de Abril sabiam isso tudo como quem respira e juntos disseram ao ditador as mesmas palavras que o Manelinho de Évora disse a Miguel de Vasconcelos (na versão de Manuel Alegre).

"E tu que do País fizeste a triste cela
tu que te fechas em teu próprio cativeiro
tu saberás que a pátria não se vende
e em cada peito em cada lugar se acende
este vento este fogo de lutar por ela

Tu saberás que o vento não se prende

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

E não terás nas tuas mãos de carcereiro
o sol que mora nas canções que nós cantamos
nem estas uvas penduradas nas palavras
tu que servis as pretendeste ou escravas
em silêncios de morte ou de convento
tu ouvirás na língua que traíste
palavras como um fogo como um vento
estas palavras com que Portugal resiste"

Depois foi a festa, o dia mais feliz, o dia em que todos os alvéolos pulmonares eram poucos para respirar o ar da liberdade!

Depois era ABRIL, esse Abril que tal como Ary dos Santos lembrou:

"De tudo que Abril abriu
ainda pouco se disse
um menino que sorriu
uma porta que se abrisse
um fruto que se expandiu
um pão que se repartiu
um Capitão que seguiu
o que a história lhe predisse"

Depois era ABRIL, esse Abril que só um poeta como Manuel Alegre poderia tão bem cantar:

Depois foi a festa, o dia mais feliz, o dia em que todos os alvéolos pulmonares eram poucos para respirar o ar da liberdade!

"Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de todos os ritmos novos rumos

Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril seu adjectivo Abril de Abril

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos

Abril de vinho e sonho em nossas taças
Era um Abril de clava Abril em acto
Em mil novecentos e setenta e quatro

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril que em Abril se libertava

Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
Esse Abril em que Abril floriu nas armas"

Por nos terem devolvido Portugal, por Abril, pela Liberdade e pela Democracia que souberam conquistar e depois preservar contra outras tentações totalitárias, pela dignidade reencontrada por todos nós, permitam que em nome do Município de Cascais vos agradeça muito sentida e emotivamente tudo o que vos devemos e deixem que nos honrem aceitando estas medalhas que nada são senão um mero símbolo do nosso eterno reconhecimento a quem ficará na história de Portugal como paladinos da liberdade. No futuro, mesmo quando de todos nós nada restar, e Cascais, Portugal e até o mundo forem muito diferentes do que hoje conhecemos, na memória do nosso povo, ao lado dos homens do Mestre de Aviz e dos Bravos do Mindelo, ficarão os Capitães de Abril.

"Bendita Pátria que tais filhos tem"

Na memória do nosso povo, ao lado dos homens do Mestre de Aviz e dos Bravos do Mindelo, ficarão os Capitães de Abril.

Credo

Creio na Poesia como encantamento.
Creio na Poesia de regresso à natureza
como consciência ecológica.
Creio na *descoisificação* do nosso semelhante
e na espiritualização da matéria.
Creio na reconciliação do homem com o homem.
Creio na liberdade, no sangue das nossas veias,
na chuva que nos molha, no vento que nos castiga
e nas paixões que nos desvairam.
Creio na metáfora e no duende, no sussurro do choupo,
no batuque e no mês de Abril que nao vem nos livros.
Creio ...
Não seguro o peso do que creio.
Creio em ti, luar imperecível do Futuro.

Carlos Carranca
17-03-99

Este pequeno texto inédito destina-se à apresentação da obra "25 poetas para o 25 de Abril" a editar brevemente. O autor é professor do Ensino Superior e docente na Escola Profissional de Teatro de Cascais, Poeta, Ensaísta e Declamador. É ainda uma conhecida figura ligada à canção coimbrã, como também às tradições populares e académicas da Cidade do Mondego. Tem várias obras de poesia e ensaio publicadas.

VISLUMBRE DE ABRIL

Desprende-se de Abril um aço desmaiado,
o metal desmembrado em suspiros,
a poeira arrebatando o pulmão,
matéria convulsa sobre o peito,
desprende-se de Abril a cortiça queimada,
as fagulhas que vão ardendo no vazio,
o sol desmanchado em pesadelos,
o outono deposto por mãos desajeitadas,
na revolução reside a excelência do corpo,
a carne perfeita crepitando na memória,
caricia de fogo que purifica os céus,
anjo trazendo nos braços glória,
na revolução reside límpido vislumbre,
a claridade largada sobre os lírios,
a visão que uniu o presente ao futuro,
os olhos rigorosos de Salgueiro Maia.

Joaquim Melon R. Simões
Sociólogo 25 anos

Placa na casa do Coronel MARCELINO MARQUES 05 FEV99

Discursaram:
Coronel Marcelino Marques
Vasco Lourenço
João Soares

Discurso do Coronel Marcelino Marques

- Faz hoje anos que um grupo de idealistas anti-fascistas se reuniram nesta casa, para meditarem, discutirem e decidirem sobre o caminho que o Exército estava percorrendo, relativamente ao futuro.

- É evidente que, no leque das pessoas presentes, não havia unanimidade acerca das causas fundamentais das crises das nossas Sociedades (civis e militares).

- É evidente também a abulia acerca daquilo que atormentava a maioria das populações rurais habitualmente marginali-zados em relação a assuntos que lhes faziam passar ao lado mas que os atingiriam de forma mais ou menos indirecta sobretudo quando viam os seus familiares mais válidos e colaboradores, na angariação dos meios de subsistência quotidianos, irem para uma guerra que só interessava aos grandes colonialistas.

- Havia até quem acreditasse na propaganda fascista de que a ida de um filho, marido ou irmão para a guerra, iria assegurar a subsistência de Portugal, então já em crise política e económica que só atingia aqueles que dependiam do "grande capital colonialista".

- A participação de cidadãos associados de formas cívico-políticas, em manifestações contra a guerra sem interesse para o interesse do "povo propriamente dito" com siglas no género de "nem mais um militar para a guerra" (seria esta a sigla ?)

- Politicamente hoje é fácil recordar alguns episódios (será correcto chamar-lhes episódios?) das Caldas do Rato e de Beja?

Que riscos, e da vontade de reagir à ditadura instalada, correram os Homens que tentaram em Beja, que se reuniram no Rato, que tentaram nas Caldas, acordar os sentimentos de liberdade próprios de qualquer humano em qualquer parte do mundo.

Porque me pediram, eu recordo em breves termos, alguns factos que se passaram naquela noite de 5 de Fevereiro de 1949.

Naturalmente que durante a reunião havia um esquema primário de segurança orientado pelo então major Hugo dos Santos, mas marginalmente ou paralelamente eu tinha a minha própria segurança, válida com o Carlos e o Miguel, pessoas certamente de confiança.

A meio da reunião o Miguel veio ter comigo preocupado com um tipo que se passeava sem razão em frente à minha casa .

Fui investigar e então verifiquei que esse tipo era o Hugo dos Santos, encarregado da vigilância e segurança do pessoal reunido na cave da minha casa.

É claro que refiro este episódio só para lembrar que as nossas reuniões, as relações passadas dentro de uma casa particular, na altura, não escapava às vigilâncias pidescas existentes em algures que nos consideravam erradamente distraídos.

Isto para realçar a questão de clandestinidade assumida por nós. É imodéstia minha referir que tudo foi possível porque eu era um cidadão de total confiança daqueles que aqui vieram. A minha casa também.

Afinal, desta reunião nasceu o "movimento dos capitães mais tarde alargada àquilo que se chamou "MFA" ".

Ponto final: já excedi os tais 5 minutinhos para dizer qualquer coisa sem referir o conteúdo da reunião, pois esse pertencerá a alguém mais acreditado para o assunto.

EXPOSIÇÃO "A SEMANA QUE LIBERTOU PORTUGAL"

Esta exposição, que muitos dos nossos associados tiveram oportunidade de ver na Estação do Oriente, e que se pretendia plenamente integrada na EXPO 98, deveria ter encerrado em Setembro do ano passado. Deveria, porque foi planeada com esse horizonte temporal e para o espaço específico que lhe fora destinado pelas autoridades da EXPO. Mas, por vontade de muitos, o seu destino final de monte de tábuas ficou adiado.

Durante a EXPO, muitos visitantes sugeriram que a exposição circulasse pelo país. Ideia difícil de concretizar, não só porque não tinha sido concebida para ser itinerante, até pelos materiais empregues, mas também porque isso implicava obter fundos, fazer adaptações, coordenar datas, estabelecer precedências (onde estará no 25 de Abril?).

Feita uma consulta às Câmaras Municipais, julgadas como as entidades melhor colocadas para participar nesta iniciativa, as respostas foram chegando. E além das nossas expectativas.

Nesta final do mês de Março, a exposição esteve já patente em Cascais (1 a 8) e Portimão (13/26). Seguir-se-ão Gaia (6/18 de Abril), Famalicão (24 de Abril a 2 de Maio), e depois Bragança (8/24 de Maio), Miranda do Corvo (1/8 de Junho), Évora (18/30 de Junho), e ainda Almada (1/15 Julho), Nisa (29 de Julho a 10 de Agosto), Grândola (27/30 de Agosto), Santiago do Cacém (1.ª quinzena de Setembro) e Monchique (2.ª quinzena de Setembro), isto quanto a presenças confirmadas. Poderá a itinerância continuar com a abertura do novo ano lectivo.

Para uma exposição que se viu banida do recinto da EXPO e relegada para uma área periférica em relação ao fluxo normal de visitantes, não está de todo mal. Não cairei no ridículo de a comparar ao Oceanário; mas, como tive oportunidade de dizer em plena EXPO, citando uma passagem bíblica, ninguém acende uma luz para a meter debaixo de um alqueire, mas para a por em sítio que alumie toda a casa.

SANTA CLARA GOMES

Do Jornal "Praça Alta" do mês de Fevereiro, transcrevemos:

CIDADÃOS

Celebra-se este ano o 25.º aniversário do 25 de Abril. Para além de se invocar a data mais emblemática da História deste século em Portugal e de se prestar homenagem aos que a tornaram possível, é sobretudo uma profissão de fé no futuro colectivo dos Portugueses que importa fazer.

Com o 25 de Abril, Portugal acertou o passo com a História, antecipou-se à vizinha Espanha e serviu-lhe de consciência crítica. Entrou na Europa com o entusiasmo dos jovens, a firmeza dos adultos e a sabedoria dos velhos. Nação que transporta oito séculos de História está hoje na vanguarda dos Países livres e civilizados.

Para comemorar este quarto de século que mudou Portugal, um grupo de Democratas sonhou erigir em Almeida um monumento ao 25 de Abril para perpetuar em bronze e granito o momento histórico que transformou o Portugal rural, beato e analfabeto do salazarismo no País da Expo'98, da adesão ao Euro e do Nobel do nosso contentamento.

Precisamos de 15 mil contos. Contamos com todos os democratas que se identifiquem com o nosso sonho. Daqui fazemos um apelo à sua generosidade e ficamos a aguardar a sua contribuição. Esse acto não é uma mera homenagem ao passado que se celebra, é também uma saudação ao futuro que queremos construir. E uma forma de contribuir para a valorização do Património de Almeida.

Almeida é o concelho onde a Europa começa a ser Portugal e onde Portugal encontrou a Europa na fuga dos seus filhos à ditadura. Almeida é a ponte por fazer entre o interior e o litoral. Almeida é o elo da cadeia da liberdade que o 25 de Abril construiu para unir o Norte e o Sul, e também o Nascente e o Poente do Portugal de sempre. Almeida é o Oriente. É onde se nasce. E, tal como os rios, que em Portugal se habituaram a correr de Oriente para Ocidente, também a cultura vinha de Paris no Sud e seguia o mesmo trajecto. E as tropas de Napoleão. E as ideias liberais. E, em sentido inverso, para voltar sempre, Eduardo Lourenço. E o monumento ao 25 de Abril é a homenagem devida aos capitães de Abril e ao sentido universalista dessa data. Eduardo Lourenço e o saudoso Dr. Teófilo Carvalho dos Santos são dois vultos que merecem que a sua terra seja distinguida com um Monumento cuja qualidade estética esteja à altura da sua dimensão cívica, ética e intelectual.

Vamos lutar por isso.

A Comissão Promotora

Desvanece-nos esta iniciativa, não só pela homenagem desinteressada que se presta ao Movimento do 25 de Abril, mas também por se levantar, numa localidade histórica que tão galhardamente foi sentinela da nossa independência, um verdadeiro farol de exaltação da Liberdade.

O monumento em si resulta da concepção do escultor Carlos Amado e já houve o ensejo de apreciar a qualidade estética, o simbolismo e a acessibilidade simples da leitura, que vão merecer, certamente, o apreço da população de Almeida e a dos nossos associados, que por isso se convidam a colaborarem com os seus donativos para a sua concretização

ERA UMA VEZ UM PAÍS...
(O 25 de Abril para crianças)

Era uma vez um país
que tinha como matriz
a forma de um caixão.
Nesse país de terror
havia como senhor
um homem sem coração,
um tirano, um opressor.
Só quem queria o que ele queria,
e pensava como ele,
e como ele, também, fazia
é que tinha a regalia
de ser gente; os outros não:
Tratados como vassalos
muito pior que cavalos,
ainda abaixo de cão!

Para ter tudo na mão,
Esse monstro de mil olhos,
de mil ouvidos, mil traições,
entrava em qualquer lugar
para ver, ouvir, escutar...
E quer fosse no emprego,
em casa de cada um,
no café, na escola, ou praça,
sempre o olho da desgraça,
o seguia e perseguia,
de modo que quem dizia
mal da sorte ou do patrão,
altas horas, ou de dia
ia parar à prisão,
meses, anos, uma vida...
humilhado e torturado,
donde, às vezes, só saía,
pela única saída:
embrulhado num lençol,
atirado para a cova,
noite fora, e em segredo!

Era um país de "carneiros"
sob o chicote do medo:
oprimidos, censurados,
em fila, bem perfilados,
como quem pede perdão!
Trabalhavam como escravos
do nascer ao pôr do sol.
Aos domingos tinham missa
e, à tarde, futebol;
à noite, ouviam o fado.
Nesse país desgraçado
Tudo o mais era "pecado",
mesmo o sonhar... acordado!
Até vestir "blue jeans", ter isqueiro,
ou rapaz e rapariga
sentados numa carteira,
lado a lado,
tudo isso era vedado
pela "moral" do senhor!

Era um vez um país,
um país bem infeliz,
com fomes, pestes e guerra,
onde os "vassalos" morriam
e os "príncipes" engordavam.
Por isso, alguns que fugiam;
outros, "escondidos" ficavam;
resistiam e alertavam
os que, dormentes, "dormiam",
até ver se os acordavam...

Era tal a opressão,
era tal a violência,
ao longo de tantos anos,
que, tomando consciência,
de tantas dores, tantos danos,
as armas que guardavam
o monstro das mil traições,
e às suas ordens matavam
e às suas ordens morriam,
começaram a conspirar,
noite fora, com aqueles
que, saindo das prisões,
sempre inventavam lugares
onde não houvesse "ouvidos"
do monstro dos mil "olhares"...
E foi assim, vede bem,
que uma certa madrugada,
sem que o esperasse ninguém,
explodiu uma canção,
como se fora granada!
- Quem é que ousou gritar:
"o povo é quem mais ordena"?
Quem é a voz que acena,
fora de horas, c'o a revolta:
"Aqui Movimento das Forças Annadas"!
Quem é que deixou à solta,
enchendo todas as ruas,
largos, praças e vielas,
milhares de cravos a florir
no cano das espingardas?!
Quem é que pôs nas varandas,
quem é que pôs nas janelas
grandes bandeiras vermelhas?

Um rio de gente inundou todo país,
afogou todos os medos,
estilhaçou as algemas.
Essa voz assim o quis
e a coragem deu as mãos,
ligou um Povo de irmãos
a cantar um canto novo
que se levanta e flutua,
vai já no meio da rua,
como a chama que incendeia
a "resistente" candeia
que se fez multidão
pronta a gritar:

"O Povo está com o MFA"!
Levanta-se do chão!
Enche as almas oprimidas! - Olá!
e o monstro dos mil olhos,
como um velho leão
acossado, ficou cego!
Seus os mil ouvidos
ficaram surdos e, no último estertor,
encurralado,
o monstro disparou
e, mais uma vez, matou
um povo desarmado!
Tinha de ser assim:
Assassinos até ao fim,
numa Revolução de fraternidade
e amor,
cuja arma era, apenas, uma flor!
Pois, apesar das mortes inocentes
o grito das gentes
parecia o mar a bramar:
"o Povo unido jamais será vencido!",
levando tudo em frente!
E foi, então, que o céu
ficou mais azul.
De nascente a poente
e de norte a sul,
Um país novo nasceu!
Toda a gente cantou:
"A Liberdade está na rua"
e nos nossos corações
o Medo morreu!

Pois, esse país triste e desgraçado
não é uma fábula, não! Existiu:
foi Portugal do passado,
dos vossos pais e avós!
E agora, sois vós,
quem tem na mão um país novo,
sempre a construir:
O "Portugal de Abril",
o "Portugal do Povo"
que há-de florir
em cada geração que vier!
Mas, cuidado,
que por detrás dos escombros
desse tal Passado
estão, sempre, os ombros
do velho monstro
que renasce em cada dia
em que a Liberdade e a Democracia
são atacadas!
Sentinelas do Futuro tereis de ser,
para que o velho monstro
de mil olhos, mil ouvidos e mil mãos
não volte a renascer!

Março de 1999

JAIME

O Cravo

A todos os que lutaram por Abril,
mas especialmente à Francisco Lino, o meu rebelde bisavô,
pela fé inabalável que depositou na liberdade.

A 25 de Abril de 1974
festejou-se a liberdade e o sonho,
com hinos nos lábios,
com votos renovados de esperança.
Com o País aberto à verdade,
e os braços estendidos aos Heróis,
às promessas e à confiança.
Foi dia de luta, de lágrimas,
de adeus às armas, de acolhimento.
De um sorriso para uma certeza,
As prisões e as torturas
queriam-se longe da lembrança,
pois agora reforçavam-se os desejos
de uma Pátria nova, Renascida,
de uma Pátria nova Portuguesa!

Porém,
o tempo passou,
e um cravo rubro, solitário,
ficou na estrada tombado...
As desilusões esmagaram-no
e o Homem Novo ignorou-o,
tomando-o por vinho entornado.

E hoje,
é recordado com brindes e discursos de glória,
esse dia que ninguém esqueceu.
Mas há novos pés no silêncio a pisarem
aquele cravo de sangue exaltado e vitória
que no auge da festa alguém perdeu!...

No futuro,
uma criança,
brincando na areia da estrada,
encontrará o cravo,
que à Revolução foi ceifado.
Ao romper de uma aurora,
em vigor, plantá-lo-á de novo,
para que a fé não se apague.
E crente nas razões do povo,
na sua justiça, na sua dor,
estará a plantar, sem o saber,
a mais doce força da Saudade,
e o mais intenso poema de Amor.

Helena de Sousa Freitas
Dezembro de 1997

O MILAGRE DOS CRAVOS

Era a leda madrugada.

Caminhava seguro mas não formoso de mal enfarpelado que vinha e muito aperrado de arma façanhuda. Caminhava seguro, sim, e nem eu sei porquê, se optimismo parvo, se fé na aventura, se crença de justa causa.

Saí afoito no vazio da cidade e ao relento matutino, para depois me fenecer o ânimo sob um agoirento céu opaco, não havia esperança que resistisse ao indeciso das enevoadas ruas. Na hora dos fantasmas mais impenitentes, o pior foi ter-me saído um deles ao caminho, dos lados da Estufa Fria, todo paramentado de general e da legião portuguesa... vejam bem!... não sei se os havia, mas lá que o tal se atravessou, altaneiro, estou certo disso, tanto mais que gritou cavernoso para nenhuma esquiva me deixar:

– CAPITÃO!... QUE LEVAIS AÍ?...

Transido dum pavloviano reflexo generalesco, tremeram-me as tíbias, turbaram-se-me os ímpetos libertários, abri os braços suplicantes e borbotou-me da boca um ressaiboso travo histórico...

– SÃO CRAVOS... MEU SENHOR!...

Ainda mal balbuciara o enganoso dito e já me saltavam das cartucheiras, dos canos das botas, dos bolsos de cima e de baixo, sei lá se de outros sítios mais esconsos, milagrosos e rubros cravos de que ficou o chão atapetado. O general feijão verde, pouco afeito ao piso vermelhusco, escorregou desamparado, não sem que a minha bonançosa G3 lhe cuspisse ao peito um misericordioso golpe de mais cravos, com o que todo ele se borrou antes do estertor.

Chamava-se VINTE E QUATRO e, nesse mesmo dia, apesar da pestilência, foram as exéquias muito festejadas. Para que conste e se não esqueça...

VIVA O VINTE E CINCO!

JOSÉ FONTÃO

AS BODAS DE PRATA DO 25 DE ABRIL

José Verdasca dos Santos

É inegável que os militares – qualquer que seja o ramo das forças armadas em que sirvam, ou mesmo o seu país de origem – se encarados sob uma óptica estritamente castrense, constituem uma espécie de casta, cujos valores maiores são **o espírito de corpo e de sacrifício, a camaradagem, a hierarquia e a disciplina.**

No caso dos militares portugueses, antes de Abril – e salvo umas poucas excepções – as forças armadas serviram a um governo ditatorial, fechado, mesmo irracional, cumprindo aquilo que lhes diziam ser **uma missão**, obedecendo disciplinadamente, cumprindo ordens muitas vezes ilegais, quando não imorais (Wiramuru-Tete), sacrificando-se, muitas vezes, até o limite extremo da própria vida, no fundo impulsionados pelos valores acima referidos.

Jamais podemos condenar aqueles que, profundamente dominados pelos seculares atributos da corporação – as chamadas virtudes castrenses – durante décadas foram o sustentáculo do governo de *um só homem*, que manuseava ministros e chefes militares, tal e qual os peões no tabuleiro de xadrês, como não podemos criticar os poucos militares que, alertados pela sua própria consciência, se recusaram a colaborar com o *statu quo* então vigente. Evidentemente, só temos que aplaudir todos quantos se uniram para – criadas as necessárias condições – derrubar a ditadura e implantar o regime democrático, hoje usufruído pelos cidadãos portugueses.

O vinte e cinco de Abril, foi um movimento nacional encabeçado pelos capitães, com a imediata e incondicional adesão da Nação

Nunca será demais repetir que, o vinte e cinco de Abril, foi um movimento nacional encabeçado pelos capitães, com a imediata e incondicional adesão da Nação como um todo, pois só assim se compreende que um simples esquadrão de cavalaria, reforçado pelo generoso povo português, tivesse obtido a rendição do governo e da Guarda Nacional Republicana do Carmo.

Passado um quarto de século, talvez seja oportuno analisar, já agora sob o aspeto histórico, com isenção, frontalidade e espírito crítico, as causas que transformaram o 25 de Abril em marcha triunfal, e a sua contribuição para o progresso político, económico e social da Nação Portuguesa.

Desde a sua organização como Estado Independente, com o nosso primeiro e grande rei D. Afonso Henriques, Portugal viveu três grandes períodos de acção e exaltação, de conquista e descobrimento, de colonização e domínio, a que se seguiram outros tantos estados de enfraquecimento e penúria, desagregação e decadência, dissolução e pobreza, a saber:

1 - Após a ousada, heroica e brilhante reconquista da primeira dinastia – não fora Aljubarrota – Portugal poderia ter, pura e simplesmente, desaparecido do mapa, quando a maior parte da nobreza, traidora e corrupta, se colocou ao lado de Castela.

2 - Depois dos Descobrimentos, durante os quais, um dos menores e mais pobres países do mundo, chegou a dominar **um terço do comércio gobal** (1530-1540), com a maior marinha da Terra aportando a todos os continentes, Portugal acabou sendo dominado pelos Filipes, com a perda da independência, consequência do empobrecimento material e humano.

3 - Perdida a Ásia, mas enriquecido de novo com o ouro do Brasil (D. João V, Mafra), Portugal, após a independência deste, volta-se para África, como a Ásia e o Brasil sorvedouro de homens e bens e, por fim, com um governo cego perante os ventos da história, e surdo face aos apelos sensatos e patrióticos dos que anteviam a catástrofe, envolve-se numa guerra suicida de três frentes, onde chegaram a encontrar-se – combatendo – perto de dez por cento dos portugueses válidos para tal, sangria que, a continuar, acabaria tendo as mesmas consequências dos casos anteriores, se bem que dezenas de milhar de mutilados e feridos, e milhares de mortos, tenha sido um preço exagerado, para satisfazer o fanatismo salazarista, a ambição de alguns políticos e generais, e a irresponsabilidade de todos eles.

Por isso, é chegada a altura de informar a geração pós 25 de Abril, dos reais objectivos desse movimento militar e nacional, patriótico e humanístico, oportuno e benfazejo, que aos portugueses trouxe democracia, paz e prosperidade, e aos africanos da Guiné, Angola e Moçambique pretendeu levar os mesmos benefícios, direitos de todos, infelizmente ainda não completamente implantados.

Bem houveram os poderes da República, e de parabéns está a Associação 25 de Abril, por, em conjunto, organizarem comemorações nacionais condignas, para que não fique um só português na ignorância do que há 25 anos se passou, do quanto o Movimento das Forças Armadas representou para a democracia e bem estar dos portugueses, e, principalmente, do significado patriótico, humano, político e moral do 25 de Abril.

E nós, que neste Brasil de língua portuguesa prolongamos a Pátria, tentaremos dignificar a magna data, comemorando-a da melhor maneira que soubermos e pudermos.

Neste Brasil de língua portuguesa prolongamos a Pátria, tentaremos dignificar a magna data, comemorando-a da melhor maneira que soubermos e pudermos.

* O autor é Administrador de Empresas, capitão do Exército Português, Vice-presidente da Academia Paulistana da História, Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sócio da Ordem Nacional dos Escritores e dos Bandeirantes, e Conselheiro das Comunidades Portuguesas eleito por São Paulo.

O Movimento das Forças Armadas
Com o Poder que tem o Ideal
Nesse dia, restaurou em Portugal
As nossas liberdades violadas

Depôs a odiada ditadura
Pela paz, pela justiça social
Honrando a histórica nacional
Pela nossa grei, honesta e pura

Promavera, vinte e cinco de Abril
Todo o Portugal, a uma só voz
Cumpriu seu desejo mais profundo

Com um cravo na boca do fusil
Sem vingança, sem ódio, sem algoz
Deu uma lição a todo o Mundo

São Paulo, Abril, 1999
José Verdasca

25.° Aniversário do 25 de Abril

Comemorações da A25A

AGENDA:

Para além de muitos Debates e Colóquios, e da colaboração e apoio a inúmeras Autarquias, Escolas, Colectividades, Associações cívicas e órgãos da comunicação social, em que participam militares e outras figuras de Abril, temos:

Dia	Hora	Localidade	Descrição
13 a 25 Mar. 99		Portimão	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
24 Mar. 99	10h30	Oeiras	Colocação de placa evocativa do 25°. Aniversário da última reunião clandestina da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, na ex-residência do Ten. Cor. Candeias Valente.Praceta de Quelimane, 2 - Quinta da Figueirinha - Oeiras
26 Mar. 99		"Internet"	O 25 de Abril entra na **web**. Pesquise ... **www.25abril.org**
26 Mar. 99	17h30	Lisboa	Conferência de imprensa para apresentação das actividades desportivas: CICLOTURISMO ATLETISMO GINÁSTICA Padrão dos Descobrimentos / Belém
31 Mar. 99		Santarém	Edição de Serigrafia "SALGUEIRO MAIA" da autoria de António Inverno, a partir de óleo do pintor José Quaresma, e com 2 poemas de Manuel Alegre.
2/3/4 Abr. 99	10h00	Pontinha	Torneio Internacional de Futebol Infantil - 19.ª Edição. Organização do Clube Atlético e Cultural da Pontinha.
1 a 11 Abr. 99		V. N. Gaia	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
7 Abr. 99	10h30	Oeiras	Colocação de placas evocativas de reuniões clandestinas do Movimento dos Capitães, junto às casas dos Gen. Hugo dos Santos, Ten. Cor. Otelo e Ten. Cor. Vítor Alves. Av. Artur Cupertino de Miranda / Rua da Figueirinha - Oeiras
17 a 25 Abr. 99		V. N. Famalicão	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
17 Abr. 99	às 15h00 e às 21h00	Oeiras	Torneio de Bridge IASFA (Instituto de Acção Social das Forças Armadas), na Rua do Liceu.
17 Abr. 99	?	Porto	Colóquio "a globalização e a cidadania".
17 Abr. 99	20h00	Porto	Jantar convívio/comemorativo de sócios e apoiantes da A25A, região Norte Hotel TUELA - Porto
18 Abr. 99	15h00	Almada	Festa Jovem - Festival de actividades gímnicas - cerca de 1.500 crianças dos 6 aos 12 anos no complexo Municipal desportivo "Cidade de Almada", no Feijó.
20 Abr. 99	17h30	Lisboa	Edição de CD-Rom (com Marionetas) "O 25 de Abril cantado às crianças por Sérgio Godinho" Produção de CRISTALDATA – ex-FIL - Junqueira
21 Abr. 99	11h00	Sintra	Apresentação pública do Livro em Banda Desenhada "25 de Abril - o renascer da esperança", da autoria de Ernesto Neves e de Manuel de Sousa. Largo de S. Pedro / S. Pedro de Sintra
21 Abr. 99	15h00	Algueirão / M. Martins	Inauguração de Exposição com tabalhos dos alunos de todas as Escolas da Freguesia. Galeria da Junta de Freguesia.
24 Abr. 99	08h00	Caldas / Santarém V.F. Xira / Pontinha	Cicloturismo - I Duplo Raide da Liberdade Partidas simultâneas das Caldas da Rainha (ESE) e de Santarém (EPC); junção no Carregado; paragem em V. Franca de Xira e final na Pontinha (frente ao RE 1).
24 Abr. 99	20h00	Grândola	Tradicional **jantar convívio / comemorativo** dos sócios e apoiantes da A25A. Medalha comemorativa.
24 Abr. 99	24h00	Pontinha	Junta de Freguesia da Pontinha faz entrega simbólica de cravos no Quartel (RE 1).
24 Abr. 99	à noite	Grândola	Inauguração de Memorial ao 25 de Abril, da autoria do escultor Bartolomeu Santos.
25 Abr. 99	das 10h00 às 11h30	Lisboa	Corrida da Liberdade - cerca de 2.500 participantes Partidas de vários locais (Lisboa e Pontinha), e chegada à Praça dos Restauradores.
25 Abr. 99		Almada	Inauguração de Monumento ao 25 de Abril
25 Abr. 99	?	Viana do Castelo	Inauguração de Monumento ao 25 de Abril, da autoria do escultor José Rodrigues, e responsabilidade do Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros de Viana do Castelo, com apoio da Câmara Municipal.
25 Abr. 99	15h30	Lisboa	Desfile Popular. Concentração na Praça Marquês do Pombal, com desfile pela Av. da Liberdade, Rossio e final na Praça do Comércio (Terreiro do Paço).

Dia	Hora	Localidade	Descrição
26 Abr. 99	19h30	Lisboa	Convívio de Jornalistas (Nacionais e Estrangeiros que "viveram" o 25 de Abril) com capitães de Abril. Encontro, com jantar, na Cervejaria TRINDADE.
29 Abr. a 11 Mai. 99		E. U. A.	Festejar Abril - na costa Oeste (Califórnia) e na costa Leste (Providence). Exposição, Conferências, Debates com a intervenção do Ten. Cor. Vítor Alves. Organização do Núcleo do Ensino Português no Estrangeiro - Providence
1 Mai. 99	21h30	Lisboa	Estreia da peça de Teatro "Inter-rail", dedicada ao 25 de Abril, da autoria de Abel Neves. Teatro da Comuna.
1 a 10 Mai. 99		Bragança	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
23 Mai. 99	?	Lisboa	Convívio de comissões locais do rendimento mínimo. Animação cultural com Carlos Carranca.
16 a 24 Mai. 99		Viana do Castelo	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
1 a 8 Jun. 99		Miranda do Corvo	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
18 a 30 Jun. 99		Évora	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
1 a 15 Jul. 99		Almada	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
29 Jul. a 10 Ago. 99		Nisa	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
27 a 30 Ago. 99		Grândola	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
1 a 15 Set. 99		Santiago do Cacém	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
9 Set. 99		Alcáçovas / Évora	Comemoração do 1.º plenário do Movimento dos Capitães
? 9 Set. 99		? Évora	Exposição e edição de livro "os militares de Abril e a Cultura"
15 a 30 Set. 99		Monchique	Exposição itinerante da A25A: "a semana que libertou Portugal"
21 Out. 99		Lisboa	Inauguração *simbólica* da nova sede da A25A (17.º Aniversário da A25A) Rua da Misericórdia
?. 99		Oeiras	Inauguração de Monumento ao 25 de Abril (em fase de selecção do Projecto). Frente à Biblioteca Municipal, na Urbanização Moínho das Antas.

Programa da Comissão Promotora das Comemorações Populares do XXV Aniversário do 25 de Abril, na Cidade do Porto

Dia	Hora	Local	Descrição	Organizadores
26 Mar.	21h30	Auditório do Jornal de Notícias	Conferência de Xosé Manuel Beires	Sindicato dos Jornalistas e União dos Sindicatos do Porto
26 Mar. a 27 Abr.		Museu Militar do Porto	Exposição de fotografia "3 Olhares sobre Abril"	Sindicato dos Jornalistas
10 Abr. a 1 Mai.		Espaço Cultural do Jornal Universitário do Porto	Exposições de Artes Plásticas, Instalação, Vídeo e Fotografia	Jornal Universitário do Porto
5 Abr.	18h00 e 21h30	Auditório Nacional Carlos Alberto	Projecção do Filme "Cerromaior" de Luís Filipe Rocha	Cineclube do Porto
15 Abr.		Árvore	Conferência "25 Anos da Democracia em Portugal" com Joaquim Pina Moura	Árvore
17 Abr.	16h00	Hotel Tuela	Conferência "Globalização e Cidadania", com James Petras	Associação 25 de Abril, Universidade do Porto e April
23 Abr.	21h30	Sede do CCP	Projecção do filme "As Armas e o Povo" do Colectivo dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica	Cineclube do Porto
24 Abr.	12h00		Inauguração do Painel Cerâmico alusivo ao 25 de Abril	Associação 25 de Abril e Gesto

Dia	Hora	Local	Descrição	Organizadores
24 Abr.	19h30	Casa das Artes	Projecção do filme "Viva Zapata" de Elia Kazan	Cineclube do Porto
24 Abr.	21h30	Coliseu do Porto e Avenida dos Aliados	Espectáculo com a transmissão em directo para a Avenida dos Aliados, com Coral de Letras, Fernando Tordo, Na Lua (Galiza)	Culturporto
24 Abr.	24h00	Avenida dos Aliados	Fogo de Artifício	Câmara Municipal do Porto
25 Abr.		Bairro de Santa Luzia	Inauguração de Conjunto de Painéis Cerâmicos alusivos ao 25 de Abril	Câmara Municipal do Porto e Árvore
25 Abr.	15h00	Do edifício da Ex-PIDE até à Av. dos Aliados	Desfile Cívico	União dos Sindicatos do Porto e Fed. das Colect. do Dis. do Porto
25 Abr.	15h00	Do edifício da Ex-PIDE até à Av. dos Aliados	Desfile Cívico	União dos Sindicatos do Porto e Fed. das Colect. do Dis. do Porto
25 Abr.	16h00	Avenida dos Aliados	Mensagem da Associação 25 de Abril	
25 Abr.	16h10	Avenida dos Aliados	Espectáculo Popular	União dos Sindicatos do Porto e Fed. das Colect. do Dis. do Porto
25 Abr.	19h30	Casa das Artes	Projecção do filme "Danton" de Dimitri Buchowetzki	Cineclube do Porto
26 Abr.	18h00 e 21h30	Auditório Nacional Carlos Alberto	Projecção do filme "Terra e Liberdade" de Ken Loach	Cineclube do Porto
27 Abr.	21h30	Sede do CCP	Projecção do filme "Couraçado Potemkine" de Sergei Eisenstein	Cineclube do Porto
28 Abr.	21h30	Auditório da Reitoria da UP	Colóquio "Diálogo de Gerações"	Sindicato dos Jornalistas e União dos Sindicatos do Porto
28 Abr.	21h30	Sede do CCP	Projecção do filme "Espoir, Sierra de Teruel" de Malraux	Cineclube do Porto

CLUBE MILITAR NAVAL

No âmbito das comemorações do 25.° Aniversário do 25 de Abril, foi assinalada a reunião de 130 Oficiais da Armada presentes na Sede do Clube, com a participação de um Oficial do Exército que fez o ponto da situação do Movimento dos Capitães.

Foi então aprovada uma Moção de Condenação dos actos descricionários praticados contra 4 Oficiais do Exército, de solidariedade para com eles e da "determinação de não colaborar em quaisquer medidas contra camaradas de qualquer ramo das Forças Armadas".

Com este acto de solidariedade ficou demonstrado que também na Armada se considerava irreversível o movimento que conduziu ao 25 de Abril.

O 25 DE ABRIL – 25 ANOS DEPOIS

CONTRIBUTOS

Passados 25 anos do 25 de Abril de 1974, temos vindo a assistir paulatinamente a uma certa tentativa de branqueamento do antigo regime, quer numa perspectiva ingénua de quem perdoa quer noutra de quem quer intencionalmente inverter a realidade dos factos.

Quanto aos primeiros, compreendo os valores morais, embora sejam porventura mais injustos do que justos, não tendo porventura os mesmos critérios de bondade para com a ruptura iniciada com o 25 de Abril e oficiosamente finalizada com o 25 de Novembro.

E digo injustos já que a história está cheia de exemplos de atrocidades e violências em nome dos valores morais do bem e da paz, que se quer fazer crer que eram apanágio desses tempos.

O bem e a paz não podem ser apregoados por qualquer tipo de autoridade absoluta como valores seus, já que o que pode ser absoluta é essa autoridade e nunca os valores que ela procura associar à sua forma de poder autoritário. Eles são por natureza contraditórios com as diversas formas de poder autoritário.

O bem e a paz são valores intrínsecos à natureza humana e devem ser exaltados na sociedade, não para serem instrumento de qualquer autoridade para seu próprio benefício, mas sim para benefício de toda a humanidade.

Quem se quiser apropriar desses "bens universais" como o seu modelo para o impor aos outros incorre no erro, porventura crime, de lesa humanidade.

Ao relembrarmo-nos da história dos nomens o que vemos é permanentemente a "imposição" de valores, por mais belos que eles sejam, por parte de uns usando-os como normas sociais imperiosas, provocando respostas de outros para se libertarem.

É que todos temos em nós esses valores, só que com sensibilidades diferentes e consequentemente comportamentos distintos.

É esta variedade de sensibilidade que existe em cada um dos homens que dá riqueza àquilo que somos em termos individuais e sociais, traduzindo-se eloquentemente na liberdade que caracteriza o ser humano e as suas relações com outros homens fazendo com que saibamos donde partimos mas não sabendo exactamente para onde vamos.

Conhecemos o passado, o presente vamos conhecendo e cada vez com mais rapidez, face às novas tecnologias da comunicação, mas o futuro é imprevisível e bom será que assim seja – pois é esse o sentido da liberdade da natureza criada e criadora.

Querer impor o rumo do futuro é um atentado contra a natureza e como a história está recheada dessas tentativas, está consequentemente recheada de revoltas das mais diversas formas.

Essas formas diversas de revolta, que são a resposta à tentativa da unicidade dos valores que se querem impor, por mais belos que eles sejam, são exactamente a expressão objectiva da riqueza da imprevisibilidade do comportamento humano, movido em contextos diferentes que o caldeiam são a expressão da liberdade humana concretizada em cada momento.

Os valores, tais como o da paz, do bem e da liberdade são inquestionáveis enquanto tal, mas têm de ser vividos e sentidos de modos diferentes à medida que a sociedade dos homens evolui, dado que os problemas novos que essa evolução coloca exige novas respostas e novas formas de pensamento e acção para permitir que essa mesma paz, bem e liberdade sejam sempre preservados e possam ser realmente úteis a todos.

Estes valores são importantes na medida em que são, não só individuais, mas sobretudo o caldo de cultura das relações sociais e portanto indissociáveis das sociedades humanas.

De referir por exemplo os grandes impérios, desde o romano, o árabe, o inglês, o chinês, etc., que em nome daqueles grandes valores, cometeram as maiores atrocidades.

Veja-se, por exemplo, as revoluções francesa, soviética, iraniana, etc., que em nome desses mesmos valores cometeram e nalguns casos ainda estão cometendo as maiores injustiças.

Relembre-se os regimes ditatoriais, que abundam, tais como as ditaduras sul-americanas, indonésia, o nacional-socialismo alemão, o fascismo italiano. Quantos martírios e derramamento de sangue provocaram e provocam em nome daqueles grandes valores.

Tudo porquê? porque os contextos sociais condicionam e os homens que neles são protagonistas, por este ou aquilo motivo, permitem, que alguém se apropriе dos valores que são de todos e para todos e os use em seu próprio proveito, manipulando as consciências até que estas exaustas já de sofrimento e cansaço se deixam abandonar à sua sorte, quantas vezes tão má quanto a anterior só que com contornos diferentes, porque outros oportunistas muitas vezes aproveitam para voltar a manipular.

E aqueles que mantendo os mesmos valores que aqueles outros que mal os usam, mas que têm a consciência da sua relatividade e diversidade?

São sem dúvida, o fermento da liberdade futura e a garantia da normalização da vida social.

Quanto aos segundos vem dizendo cada vez com mais frequência, que o antigo regime português (chamo assim ao regime antes do 25 de Abril), não era propriamente uma ditadura de tipo fascista e antes pelo contrário, era um mero regime autoritário de brandos costumes.

Mas o que é isto?

(Continua na página seguinte)

Essas formas diversas de revolta, que são a resposta à tentativa da unicidade dos valores que se querem impor, por mais belos que eles sejam, são exactamente a expressão objectiva da riqueza da imprevisibilidade do comportamento humano, movido em contextos diferentes que o caldeiam são a expressão da liberdade humana concretizada em cada momento.

O bem e a paz são valores intrínsecos à natureza humana e devem ser exaltados na sociedade, não para serem instrumento de qualquer autoridade para seu próprio benefício, mas sim para benefício de toda a humanidade.

Quem se quiser apropriar desses "bens universais" como o seu modelo para o impor aos outros incorre no erro, porventura crime, de lesa humanidade.

(Continuação da página anterior)

Era ditatorial e retrógrado e quem porventura era e é de brandos costumes é o povo português.

Ditatorial e retrógrado, porque usou não só o Estado e todos os seus meios, desde a polícia política à censura prévia, desde o partido único à ordem corporativa, desde o ruralismo contra a cidadania ao desenvolvimento condicionado, mas também não teve pejo em usar das maneiras mais vis instituições que partilham da comunhão na fé com os portugueses, elas próprias porventura também submissas por receio, para levar mais facilmente à submissão completa dos portugueses.

Tão cínico que utilizou uma aparente e estudada pacatez, austeridade e quase beatitude do seu "rosto" – Salazar, como que a fazer crer que o regime seria ele todo como uma mera emanação das "virtudes" do seu fundador – do mago das finanças ao mago em si mesmo.

Tão cínico que utilizou uma aparente e estudada pacatez, austeridade e quase beatitude do seu "rosto" – Salazar, como que a fazer crer que o regime seria ele todo como uma mera emanação das "virtudes" do seu fundador – do mago das finanças ao mago em si mesmo.

O regime era ele e ele era o regime; claro e simples, toda a bondade ao serviço do bem e da paz do povo português.

Eis o nosso bem, a nossa paz e a nossa liberdade.

Mas e para todos aqueles que não entendiam aquele bem, aquela paz, aquela liberdade?

Eram os hereges, os traidores, os inimigos do povo português.

Esta visão única, mítica e quase religiosa das ditaduras é perversa, perigosa e anti-humana.

Em nome de quê um homem e o seu regime se pode outorgar ser o caminho único como se de um deus terreno para um povo eleito se tratasse.

Deus, qualquer que seja a natureza que cada um de nós lhe queira conferir porque só ele é liberdade total e permite então que cada um pense dele apropriar-se, existe em cada um de nós segundo a sensibilidade que Ele lhes quis inculcar e é no princípio da liberdade que ele é, que na natureza humana se manifesta no mais íntimo de nós mesmos, através das nossas próprias contradições e que numa busca permanente dos nossos caminhos do futuro vamos descobrindo que hoje não somos iguais ao que fomos ontem e assim será sempre, felizmente para cada um e para todos enquanto sociedade.

Condeno pois todas as formas de ditadura, sejam religiosas ou profanas, políticas ou económicas, raciais ou de qualquer outra espécie por mais "iluminadas" que sejam as suas ideias e os seus ideais.

Convivência humana é vital, estabilidade nessa convivência é necessária, princípios e valores partilhados são precisos.

A liberdade que existe em cada um de nós tem de ser um valor a utilizar para a liberdade que se pretende para a nossa convivência social, para o nosso desenvolvimento enquanto cidadãos, para a nossa fraternidade enquanto seres humanos.

Liberdade que tem de ter as expressões multifacetadas que em cada momento da história nos é dado criar, canalizando-as através dos mecanismos livremente estabelecidos para que sirvam a cidade e o bem estar social.

A democracia é assim a expressão livre da liberdade que existe em cada homem e que tem de estar ao serviço continuado desses mesmos homens.

O poder político democrático só se justifica como meio conferido a alguém, provisória e temporariamente, para que permita a partilha por todos da riqueza material e espiritual de todos os homens, pois deles é mera emanação.

A ele se exige que o exerça com dignidade e sentido da responsabilidade que não pode abdicar.

Claro que o seu uso depende também da riqueza pessoal dos seus titulares e do contexto em que é usada.

Tão importante como quem detém o poder em cada momento, é as pessoas poderem continuar a fervilhar na sua criatividade, útil não só para si próprias mas também para a sociedade no caminho do desenvolvimento solidário e imprevisível.

É esta criatividade caldeada com a partilha de valores culturais, não transformados em unanimismo redutor, seja organizada democraticamente, através dum poder usado por espíritos democratas, principalmente através da influência dum comportamento expressivo daqueles valores aceites na riqueza dos seus matizes e utilizando a força, aí sim, contra alguém que possa surgir como perigo eminente ou desvio exagerado dessa mesma ordem social livre.

A ordem social não pode ser assim entendida como imobilismo, como dependência de quem espera que os detentores do poder tudo farão certo e bem, mas como instabilidade estável, que confira garantias de participação de todos na vida social através de formas orgânicas aceites no pacto social democrático, confiança e segurança nas relações, quer entre os cidadãos, quer entre estes e os órgãos sociais por si criados, mas fundamentalmente seja factor de desenvolvimento social diferenciado, na medida em que promova e saiba ser em cada momento o resultado duma síntese escolhida entre diversas opções livremente discutidas.

O 25 de Abril não é o culminar mágico duma "ordem social" contrária à verdadeira ordem democrática.

É sim a síntese possível no momento em que ocorre, feita por quem pensou poder ser um intérprete da vontade maioritária dum povo e que dispunha ao mesmo tempo dos meios que possibilitassem levá-lo a cabo.

E quem pensou poder ser esse intérprete não foi nenhum mito feito homem, nenhum D. Sebastião regressado do além para remissão dos pecados, foram homens simples com a consciência, ganha pela vida, pelos valores, pelos princípios, pelo respeito aos outros e pela sensibilidade da sua juventude, de que não podiam continuar a compactuar com a injustiça, a arbitrariedade, numa palavra a ser os carrascos dum regime também carrasco deles próprios.

Foram militares herdeiros de outros militares e civis que corajosamente foram lutando contra o antigo regime, forjando com sacrifício e dor as mentalidades libertadoras dum povo, que historicamente nunca se quis deixar amordaçar, nem por inimigos externos, como a restauração nacional, nem por inimigos internos, como as lutas liberais e as lutas contra o regime salazarista.

Foram militares, que tinham por valores a honra, a honestidade e a lealdade.

Foram militares que tinham por princípios a defesa de Portugal e da sua independência.

Foram militares que tendo sido educados nestes princípios e valores e apesar de saberem que a realidade portuguesa era de subjugação ditatorial, a motivação individual de revolta não era ainda suficiente para criar alianças que se transformassem em acção conjunta.

Não esquecer também que o receio da polícia secreta, a dispersão geográfica e o

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

espírito jovem não tinham permitido criar ainda as condições para sublimar o que entretanto já fermentava no espírito de alguns.

Mas as realidades coloniais vividas por cada um, em ambiente de guerra e de brutal atraso das populações carenciadas de tudo, serviu então de detonador no íntimo de cada um de nós segundo as suas próprias sensibilidades.

É essa sensibilidade livre que em cada um de nós existe que é enriquecedora sendo por sua vez ampliada pelas situações diferentes vividas por cada um.

Os princípios e os valores estavam e continuaram a estar em nós e foi por isso mesmo que eles nos tomaram mais sensíveis aos factos desumanos que caracterizavam a nossa sociedade "multirracial".

É que perante o cenário da então realidade portuguesa, alguns se deram conta que os valores e os princípios que tinham sido interiorizados eram verdadeiros, o que era falso era o seu objecto.

O nosso juramento militar só podia estar ao serviço de Portugal e dos portugueses e não de qualquer regime opressor desse mesmo povo e não seria legítimo querermos a liberdade para os portugueses e não a querermos para os outros sujeitos ao mesmo regime opressor. Nós estávamos humanamente mais próximos desses povos do que do regime que nos oprimia a todos sem excepção.

Faltava porém o pretexto para pôr em marcha a possibilidade de revolta e ela surgiu com o célebre decreto das promoções, que levou a unir emoções e interesses de militares que iriam ser prejudicados por ele.

Todos tinham a mesma leitura do que estava em causa e todos procuravam ver aquele facto tipicamente militar com os mesmos interesses?

Claro que não, o futuro provou-o e aqui começou uma nova realidade ainda surda, mas bem viva no espírito de cada um.

Viva de maneira diferente, pois cada um é diferente dos outros e o modo como o borbulhar das suas ideias e desejos se passava no seu íntimo, é que deu ensejo a todo um processo não linear, e ainda bem, que permitiu desde logo um treino democrático pluralista no seio desse processo político-militar que conduziu ao evento libertador.

Foi essa instabilidade estável, esse jogo de cumplicidades e discordâncias, não uniformes e uniformizadoras, norteadas por um sentido de liberdade democrática, sem preocupações da sua modelização específica, que permitiu o 25 de Abril.

Foi essa instabilidade estável, esse jogo de cumplicidades e discordâncias, não uniformes e uniformizadoras, norteadas por um sentido de liberdade democrática, sem preocupações da sua modelização específica, que permitiu o 25 de Abril.

Foi a renúncia a novos modelos fechados, fossem quais fossem, sem grande preocupação de termos mais ou menos cultura política neste ou naquele sentido, que permitiu que o 25 de Abril tivesse sido o momento de abertura exaltante e não o momento de mera mudança tutelar de aparência democrática.

É que perante o cenário da então realidade portuguesa, alguns se deram conta que os valores e os princípios que tinham sido interiorizados eram verdadeiros, o que era falso era o seu objecto.

O nosso juramento militar só podia estar ao serviço de Portugal e dos portugueses e não de qualquer regime opressor desse mesmo povo e não seria legítimo querermos a liberdade para os portugueses e não a querermos para os outros sujeitos ao mesmo regime opressor.

Foi a renúncia a outras tentativas de golpe, assentes em figuras porventura carismáticas que tornou vitorioso o 25 de Abril tal como o foi.

Não fomos atrás de tentações, porventura mais remuneradoras em termos meramente militares, porque o nosso sentido dos valores e dos princípios estava centrado exclusivamente no que se pensava ser o interesse do povo português no seu conjunto e não nos interesses individuais.

É que não queríamos substituir uma verdade absoluta por outra verdade absoluta, só por vir a ser a nossa e que nunca seria.

Não!

À ordem salazarista ou marcelista não poderíamos substituí-la por outra kaulzista ou spinolista.

Por muito que se possa questionar se estaríamos perante riscos idênticos, na hipótese de Kaulza ou de Spínola, e entendo que não, no entanto estávamos perante duas personalidades que tinham o culto do mito de si próprios e esse perigo a acrescer ao facto de serem militares cuja história pessoal tinha sido feita ao serviço de regimes ditatoriais, levaram-nos a não seguir os seus ditames.

O povo português não podia cair de velhos mitos em novos mitos, mas antes libertar-se de todos os mitos para que pudesse ser ele próprio nas suas contradições, nas suas sensibilidades diversas a encontrar os caminhos do futuro, mesmo que isso implicasse um processo mais complexo mas também mais ajustado aos seus próprios desejos e interesses diversificados.

Assim foi e apesar de todas as dificuldades e riscos vividos, o período chamado PREC terá sido talvez o mais rico e controverso da história contemporânea portuguesa.

Foi nele que se entrecruzaram todas as linhas de força da sociedade civil e militar portuguesa, em que todos se perfilaram em campos políticos dando vida aos diversos partidos e em que no centro de toda esta agitação criadora, os militares reflectiam na sua própria diversidade e procuravam conter nos limites da governabilidade, a onda avassaladora dum povo que pretendia reencontrar-se e que atordoado por dezenas de anos de letargia e dormência, de repente via emergir novas possibilidades de afirmação e em que cada um sofregamente procurava ter lugar.

Daí se compreenda a diferença entre a exaltação conjunta do "antifascismo" no 1.° de Maio de 74 e o crescente alinhamento partidário que se lhe sucedeu, em que os seus líderes procuravam marcar bem a sua diferença e ao mesmo tempo influenciar as diversas sensibilidades militares.

Os militares, não constituindo pela sua própria natureza e génese enquanto movimento revolucionário, uma força ideológica coesa e tendo necessidade óbvia de sentir uma base social de apoio ampla, já que era ela a razão do seu gesto libertador, foram certamente permeáveis àquelas influências.

Passou a haver então uma cumplicidade, agora entre militares e políticos, num jogo

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Os militares, não constituindo pela sua própria natureza e génese enquanto movimento revolucionário, uma força ideológica coesa e tendo necessidade óbvia de sentir uma base social de apoio ampla, já que era ela a razão do seu gesto libertador, foram certamente permeáveis àquelas influências.

em que já não eram os militares os verdadeiros condutores do processo político mas sim as forças partidárias a procurarem posicionar-se no terreno, para disporem do maior espaço eleitoral possível.

Os militares dispunham do poder formal mas todo o poder real estava a transferir-se a passos largos para o campo dos partidos.

Esta ordem instável foi o caldo de cultura que forjou a nova democracia portuguesa, que deu vida aos partidos políticos existentes passados vinte e cinco anos, que permitiu que novos valores fossem assumidos por uns e outros e novos intérpretes desses valores surgissem para poderem arregimentar pessoas com sensibilidades próximas, numa estonteante partilha de luta cívica e partidária.

O espírito civilista e partidário da vida portuguesa nasceu fortalecido deste confronto, porventura marcando por muitos anos os contornos das diversas visões da sociedade e do mundo, e os modelos que cada partido procura levar à prática na alternância do poder.

Admira que sejam alguns desses protagonistas e seus sucessores que devendo ser os defensores da diferença partilhada, criticam ainda apaixonadamente aquele mesmo período, que lhes permitiu a vida, não fácil, mas a vida e hoje o exercício do poder.

Exaltem a sua luta, não amesquinhem a luta dos outros que foi idêntica à deles.

Admira que alguns políticos, dos vários quadrantes, ainda se refiram ao período do PREC como se eles não existissem nessa altura, quando afinal estiveram participando activamente em lugares cimeiros da actividade política, traçando desde logo os destinos da política interna e externa portuguesa.

Admira que alguns políticos, dos vários quadrantes, ainda se refiram ao período do PREC como se eles não existissem nessa altura, quando afinal estiveram participando activamente em lugares cimeiros da actividade política, traçando desde logo os destinos da política interna e externa portuguesa.

Que fazem muitos deles hoje na sua luta política, senão proclamar bem alto essa mesma diferença partilhada, apanágio da própria democracia.

Deviam rever-se nesse período como o legado histórico da sua vida partidária, no qual foram actores bem activos, em vez de procurarem afanosamente bodes expiatórios, como que para limparem aos olhos dos portugueses uma consciência que não tem de se sentir culpada, mas sim responsável. Ou será isto irresponsabilidade que continua, como infelizmente assistimos não raras vezes, no diz que não diz numa dança de marionetas, quando de homens verdadeiros este jogo sério da política devia ser.

Que se assuma com coragem e frontalidade todos os actos bons e maus do nosso passado colectivo, pois foram praticados em nome de intenções diversas por homens, simplesmente homens, que procurando ser intérpretes duma vontade soberana não tiveram medo de errar.

Que os políticos de hoje e do futuro assumam também como simples homens e a mesma coragem e simplicidade de outros seus antecessores a defesa dos interesses dos portugueses, que é esse o seu mandato e não mais do que isso.

O PREC foi de todos e por todos deve ser normalmente assumido, pois ele mais não foi do que o fervilhar da luta política que se calhar tinha mesmo de existir, com estas ou outras nuances, num quadro de transformações sucessivas de um país historicamente amordaçado a um país finalmente livre.

Outras alternativas, porventura mais ordeiras – e na linguagem militar este conceito é no mínimo duvidoso, poderiam ter sido mais dramáticas, qualquer que fosse o sentido, e hoje onde estaríamos?

Ainda há dias fiquei pasmado ao ouvir num programa televisivo, um militar dizer que vivia perturbado com a sua consciência por ter deixado que um alferes sob as suas ordens fosse aprisionado, nesse período do PREC.

Não fiquei pasmado pela sua sensibilidade em relação a este episódio do alferes, pois facilmente se compreende. O que mais me espanta é esse militar não ter problemas de consciência muito maiores por ter permitido que muitos militares porventura também sob as suas ordens fossem atirados por ele para a morte numa guerra inglória na defesa duma pátria que não era a nossa.

A sua incapacidade de fazer frente a um regime, tal como muitos outros militares, foi a mesma que ele revelou quando permitiu que prendessem o tal alferes.

Exemplo duma brigada do reumático que não desapareceu com o 25 de Abril e poderia vir a ser o esteio de qualquer novo Gomes da Costa.

Foi esta cobardia de muitos militares que permitiu a sobrevivência dum regime por longos anos que iludiu muitos milhares de portugueses, que ao procurarem construir as suas vidas nesses territórios africanos ditos portugueses, não se deram conta que os ventos da história iriam varrer inexoravelmente essas esperanças.

Diz-se que a descolonização foi um desastre; porventura terá sido.

Porém, dentro dum quadro político de descolonização, que fazia parte do programa libertador e aceite por todos os políticos, quem estava mais em condições de garantir uma transição ordeira e bem planeada, num país em convulsão, economicamente exausto, políticamente isolado e militarmente desmotivado e em inferioridade técnica.

As várias descolonizações foram, na sua diversidade, talvez o que pôde ser, mercê dum quadro situacional muito complicado, onde procurar culpas nos outros é sempre fácil e satisfaz consciências amarguradas, que não querem porventura reconhecer as suas próprias culpas.

O que pretendo dizer é que fomos todos vítimas dum engodo terrível e a grande causa foi sem dúvida um regime que na ânsia de não querer que os territórios africanos ditos portugueses fossem presa da cobiça de outros, os deixou pacificamente ao abandono como nossa reserva estratégica, não sei do quê, ou seria simplesmente o sentido serôdio duma portugalidade imperial, sem pompa nem circunstância em que a mera posse conferia um sentido de grandeza.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

O logro era terrível, a grandeza imperial com lamúrias sentimentaloides ofuscava a grandeza da miséria e da injustiça que reinava nos povos do império.

Afinal os militares e os políticos de Abril tiveram de resolver o nó górdio duma situação muito complicada e para a qual não havia solução no antigo regime a não ser a derrota humilhante das forças armadas e o crescente rol de mortos e estropiados, dos quais também parece ninguém querer lembrar-se. Isso incomoda.

Foi a resolução ingrata dum problema odioso, corajosamente tomada, que hoje políticos menos dignos, procuram desenterrar, quais heróis de salão que tudo resolvem longe da tormenta e do perigo da própria vida.

Foi a resolução ingrata dum problema odioso, corajosamente tomada, que hoje políticos menos dignos, procuram desenterrar, quais heróis de salão que tudo resolvem longe da tormenta e do perigo da própria vida.

A instabilidade própria duma mudança profunda de estado social, é sempre preferível à estabilidade ordeira que nada muda a não ser os mitos de que se serve.

A estabilidade de hoje é filha legítima da instabilidade de ontem e esta herdeira à força duma desordem ordeira.

Isenção de erros?

Certamente que não, não o pretendemos; só falsos moralistas é que encontram somente justeza nos seus próprios actos e defeitos no dos outros.

Em períodos de convulsões sociais, que inevitavelmente acontecem nestas circunstâncias, quem neles se mantém procurando ser firme no rumo duma liberdade libertadora tem forçosamente de cometer injustiças, em nome de outras justiças, mas mau já não será se se procurar e conseguir manter aquele sentido e não desistir, não deixando que outros à espreita se aproveitem duma oportunidade para em nome duma "nova ordem" sossegarem as consciências dos que mais por medo e desorientação do que por vontade se deixam embalar no doce e maléfico canto da sereia.

Os militares de Abril, apesar de todas as dificuldades e contradições que no seu seio se foram instalando, mercê quer do seu aparente alargamento, já que todos, militares e civis passaram a ser democratas naquele instante, mais até do que os de verdadeiro espírito democrático, quer das pressões de toda a ordem, interna e externa, conseguiram dentro do possível, no contexto da época e com as virtudes e defeitos dos seus elementos, deixar uma herança que por todos deve ser usufruída.

Essa herança deve ser sempre reclamada pelos portugueses àqueles que depois das eleições livres, que os militares de Abril se comprometeram realizar para institucionalização formal da nova democracia e cumpriram, passaram a ter o testemunho do seu voto livre.

Que o povo português não se iniba de exigir ao poder político, seja ele qual for, o respeito pela sua soberania, que é dele e não do Estado, pela sua dignidade humana, enquanto pessoas livres que são e pelos direitos a uma cidadania maior em direitos e fraternidade.

Que o povo português, em nenhuma circunstância se deixe embalar por políticos que pregam a necessidade da ordem pela ordem, que fazem da tribuna da democracia palco para as suas tendências autoritárias, pois desses estão as ditaduras cheias.

Que o povo português não se deixe manipular por novos políticos já velhos, que na democracia pouco mais fizeram do que o insulto e a calúnia em nome de valores pretensamente morais, os novos "puros" que recentemente chegados à vida política prometem ser os novos heróis, cheios de si próprios, quando outros caluniados por estes lhes deixaram o caminho já livre para puderem clamar bem alto o seu novo estilo repassado de velharias.

Pensem por si próprios, recriem constantemente os valores da paz, da ordem e da liberdade, com a consciência de que os tempos de hoje não são iguais aos de ontem nem serão certamente iguais aos de amanhã, sem necessitarem de os rejeitar.

A dinâmica social, deve ser um valor a ter sempre presente principalmente em democracia, não é causa para alarmes, mas sim motivo para acção política séria e responsável.

Cada época, cada situação merece ter as respostas adequadas que não são forçosamente idênticas, às categorias de resposta qualitativamente idênticas, as formas específicas concretas diferentes.

Tal como cada um que é filho de alguém e pai de outrém, não sendo entre si iguais embora entre si gerados, têm o dever de se respeitar na sua diferença, ser solidários em todos os momentos mesmo quando não estão de acordo e unidos naquilo que de mais essencial os identifica – a sua condição humana.

Que o povo português não se iniba de exigir ao poder político, seja ele qual for, o respeito pela sua soberania, que é dele e não do Estado, pela sua dignidade humana, enquanto pessoas livres que são e pelos direitos a uma cidadania maior em direitos e fraternidade.

O 25 de Abril de 1974 foi, na sua globalidade, o projecto libertador, assim pensado pelos seus protagonistas, com uma visão aberta que só ao povo cabia modelar.

Acabámos com uma velha ordem e não impusemos nenhuma em concreto, mas tão só permitimos as condições para que outra surgisse; assim aconteceu porque assim pensámos desde o início e depois, em conjunto com todos aqueles que se nos juntaram, ser o melhor para o bem deste mesmo povo.

Como tantos outros ao longo da história, tivemos a sorte de ser protagonistas de um gesto libertador de um povo que procurou ser de solidariedade.

Também Jesus veio acabar com a ordem judia, com a pax romana em nome da liberdade e da solidariedade.

Muitos dos libertadores foram vítimas do seu gesto, na vingança de poderes e privilégios perdidos.

Nós somos simplesmente homens libertadores, não deuses.

Nós, na parte que nos cabe, julgamos ter assumido a responsabilidade do passado sem o sentimento de culpa que por vezes outros nos querem lançar e quem ainda dispõe do poder, que lhe foi possibilitado por quem já passou o testemunho, assuma com dignidade essa mesma responsabilidade passada e principalmente futura.

Continuamos a ser simplesmente homens livres, com a experiência rica do passado virados para o futuro sempre imprevisível que exige em nome da verdadeira paz, do bem e da liberdade que todos os homens sejam solidários entre si.

Para todos, nós e vós direi: "E agora, Alice, se quiseres ficar no mesmo sítio, tens de correr, cada vez mais. Caso contrário, se ficares quieta, andarás para trás" (Lewis Carrol, Alice no País das Maravilhas)

PITEIRA SANTOS

Nós somos simplesmente homens libertadores, não deuses.

FUNDAÇÃO HUMBERTO DELGADO
(Comissão Instaladora)

Colóquio Internacional - IMPUNIDADE E DIREITO À MEMÓRIA

Comissão Organizadora: Fundação Humerto Delgado e Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Data: 20 e 21 de Maio de 1990

Local: sede da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa

A nossa memória política recente tem-se revelado terreno controverso quanto ao enquadramento do passado ditatorial no contexto da Democracia. No último ano, vários casos ligados a actividades de ditadores e dos seus agentes ganharam enorme protagonismo internacional. Concentrando as preocupações dos participantes no período que decorre desde o pós-Guerra até á actualidade, este colóquio terá quatro áreas de intervenção: teoria jurídica, casos políticos, história e memória.

Entre os convidados destacam-se José António Barreiros, Jorge cabello, Eduardo Prado Coelho, Artur Costa, Pedro Jordão, Manuel Loff, Luis Mañuel Martinez, Jorge Miranda, Julieta Monginho, Maria Teresa Nogueira, José Luís Nunes, Carlos Pacheco, José Menéres Pimentel, Fernando Rosas e José Augusto Seabra.

Ciclo de Colóquios Comemorativos do 25.° Aniversário do 25 de Abril

A Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos (APDC) promove a realização de 3 colóquios subordinados ao tema "O que era o 24 de Abril" – 25 Anos depois como se conta a História".

Terão lugar respectivamente:

- **A 15 de Abril de 1999, pelas 18 horas no Anfiteatro da Faculdade de Direito de Lisboa.**
- **A 22 de Abril de 1999, pelas 21.15 horas, no Auditório da Videoteca de Lisboa (largo do calvário n.° 2)**
- **A 5 de Maio de 1999 pelas 15.00 horas no Instituto Superior de Gestão (Auditório 3 - Rua do Quelhas, n.° 6)**

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

GEN MANUEL FRANCO CHARAIS

CERVEJARIA DA TRINDADE

LISBOA

INAUGURAÇÃO DIA 20 DE ABRIL

REVISTA MILITAR

A Revista Militar comemorou o seu 150° Aniversário com o lançamento do número especial da Revista dedicada à "Presença Portuguesa no Oriente", durante as cerimónias que promoveu e para as quais foi convidada a Associação 25 de Abril.

Felicitamos a Revista Militar por tão honroso aniversário.

COMEMORAÇÕES DO 25° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Informam-se os associados e apoiantes da Associação 25 de Abril residentes na região centro e interessados em participar no jantar convívio comemorativo do XXV Aniversário do 25 de Abril em Grândola, que a Delegação de Coimbra da A25A pretende organizar para o efeito uma excursão em autocarro (s), com partida da cidade de Coimbra no dia 24 de Abril.

Inscrições para Delegação de Coimbra da A25A, Apartado 3041, 3000 COIMBRA, ou pelos telefones 039 - 48 32 79 e 039 - 44 11 62.

A Associação Nacional de Sargentos (ANS), pela mão do nosso associado Sargento Custódio de Jesus, fez-nos chegar a notícia das comemorações que promoveu no dia 31 de Janeiro em 14 localidades do país, tendo participado na sessão de Lisboa mais de 600 sargentos, muitos convidados e representantes oficiais.

Congratulamo-nos com o êxito desta iniciativa, sublinhando que a ANS acaba de reforçar a sua presença no quadro da Comissão de Coordenação Ibérica e da EUROMIL e se afirma como "um factor indispensável de democratização e modernização das Forças Armadas, e não apenas, um instrumento para negociar os vencimentos".

A ASSOCIAÇÃO FORUM LIBERO ANIMO e a ONG MÁTRIA, em sintonia com as comemorações do XXV ano, vão realizar um colóquio subordinado ao tema "O 25 DE ABRIL E A CRIANÇA", organizado do seguinte modo:

Dia 13 de Abril – Século XX, Os Conceitos e as Mudanças
Dia 14 de Abril – A Protecção da Criança, Quadro Jurídico e Institucional
Dia 15 de Abril – Perspectivas para o Século XXI

As sessões terão lugar às 18.00 Horas no Auditório do SINPVAC - Av. Almirante Gago Coutinho, N.° 90, estando abertas à participação de todos os associados

A Comissão Executiva das Comemorações Oficiais do 25.° Aniversário da "Revolução dos Cravos" e a Associação 25 de Abril, vêm informar que passou a estar disponível na Net um site dedicado ao "25 de Abril".

Aí poderá encontrar muita informação específica sobre o tema, nomeadamente uma Agenda com muitos dos eventos comemorativos.

Informamos, ainda, a existência de links à home page do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, cuja disponibilidade nos é grato realçar.

Pesquise em:

- www.25abril.org

E-Mail:

a25a.dir@25abril.org
= A25A - Direcção

a25a.sec@25abril.org
= A25A - Secretariado

com.exec@25abril.org
= Comissão Executiva (comemorações Oficiais

webmaster@25abril.org = manutenção técnica

CONVITES FEITOS À A25A

AMASCULTURA
Assistir ao espectáculo "Se perguntarem por mim não estou "
20-03-99

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Comem. do 31 de Janeiro - 1891 - Dia Nacional do Sargento
30-01-99

ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA - ASPP
Auto de posse dos Corpos Gerentes da ASPP para o biénio 1999/2000
22-01-99

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril
01-03 a 24-04 - 99

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Ciclo de Homenagem a Aristides Sousa Mendes
4-6-8-19-01-99
Inauguração da Exposição de José Guimarães
19-01-99

C. MUN. DE GRÂNDOLA E CENTRO DO 25 DE ABRIL
Exposição "Oposições - Latitudes Intercontinentais de um Combate Anti-Fascistas e Anti-Coloniatista "
19-03-99

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Apresentação da obra "Meu querido Che Guitarra" de Réné Torres
21-01-99
Apresentação dos n.os 1 e 2 da Biblioteca - Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa
30-01-99
Jantar comemor. do 6º Aniv. do Museu da República e Resistência
30-01-99
Exposição " A luta anticolonial na Génese do 25 de Abril "
04-02-99
Colóquio Internacional sobre os 25 anos do 25 de Abril
26-27 -02 -99

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Inaug. da Exposição de Desenho e Pintura de Arlindo Vicente
04-02-99

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA
Exposição " Livro de Viagens "
11-03-99

CLUBE SARGENTOS DA ARMADA
Tomada de posse dos Orgãos Sociais
30-01-99
Sessão comemorativa do 24º Aniversário do Clube
22-02-99

COMPANHIA DE TEATRO DE PORTALEGRE
Assistir ao espectáculo "Garrettismos"
21-02-99

CONSELHO MUNDIAL DA JUVENTUDE DA C. M. LISBOA
X Reunião
23-01-99

EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DA HUNGRIA
151º Aniversário da Revolução e Guerra de Independência
16-03-99

ESCOLA SEC. LUÍS DE FREITAS BRANCO
Debate " A Escola Portuguesa Ontem e Hoje "
25-01-99
" A Condição Feminina e os Direitos Humanos "
24-02-99
"Os Media - Censura e Liberdade de Informação"
17-03-99

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Grande exposição de Artes Plásticas
7 a 16 - 02 - 99
Exposição de Rogério Pires
27-02 a 09-03 -99

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA
Inaug. da exposição de óleos de Jerónimo dos Santos Boleto
08-01-99

LUSA
Inauguração da Exposição " 25 de Abril - 25 Acontecimentos "
16-03-99

MOÍNHO DA JUVENTUDE - PROJECTO ALCANTARA
Seminário " O Mediador Intercultural "
19-02-99

PARTIDO POLÍTICO XXI
Sessão de Encerramento do Congresso do Partido Político XXI
23-01-99

REVISTA MILITAR
Lançamento do número especial da Revista dedicado à "Presença Portuguesa no Oriente "
11-03-99

SINDICATO DOS JORNALISTAS
Conferência Internacional sobre o conteúdo dos direitos de autor dos jornalistas na era da globalização
20-21-03-99
Exposição fotográfica comemorativa do 25º aniversário do 25 de Abril "Três olhares sobre Abril "
26-03-99
Confer. sobre "O nacionalismo Galego e os ideais do 25 de Abril"
26-03-99

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS
Comemoração do Dia Mundial do Teatro
27-03-99

TEATRO DA COMUNA
Assistir ao espectáculo "As variações Goldberg "
15-16-01-99

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Assistir ao espectáculo "O Lírio - Vida e morte de um malandro "
22-23-01-99

ASSOCIADOS FALECIDOS

António Freitas Godinho — *Sócio Efectivo nº 1777*
José Marcelino Vieira Esteves — *Sócio Efectivo nº 2024*
Carlos Alberto Simões Ferreira (Falecido em Abril de 94) — *Apoiante nº 94*
Alberto Laranjeiro dos Reis — *Apoiante nº 159*
Santos Jose Metrogos — *Apoiante nº 946*
Helder Gonçalves Gaspar — *Apoiante nº 1015*
Casimiro Martins André — *Apoiante nº 1070*
Isabel Mendonça Real Landerset — *Apoiante nº 1674*
João Carlos Santos Oliveira — *Apoiante nº 2084*
Francisco Guilherme Fernandes da Silva — *Apoiante nº 2239*
Carlos Augusto Coelho Santos — *Apoiante nº 2262*

José Homem de Mello (HM responde, como é de seu inteiro direito, às críticas que, no número de "O Referencial'', foram dirigidas ao texto de apresentação do livro de David Martelo "As Mágoas do Império", que havia sido publicado no número anterior do nosso boletim.

Pela parte em que sou visado, não contra-argumentarei, pois penso que os seus esclarecimentos, aliás elaborados de forma correcta, não inovam em relação ao seu texto inicial. Mas gostaria de clarificar que não considero HM uma pessoa inculta. Pelo contrário. E é, exactamente, por virem de quem vêm alguns dos conceitos expressos, que os considerei "chocantes", ainda que possa admitir ter usado uma qualificação excessiva.

Quanto ao Diamantino Gertrudes da Silva, ele próprio decidirá da resposta às considerações em que é visado. Não posso, no entanto, deixar de manifestar-me incomodado com a forma pouco cortez como HM faz chicana com o seu nome. E as "suposições" que tece acerca da sua personalidade só são possíveis porque, de facto, não o conhece. Se o conhecesse saberia tratar-se de um militar digno, daqueles a quem costumo qualificar de "genuínos capitães de Abril", porque foram pedras decisivas no processo conspirativo e no êxito do levantamento militar do 25 de Abril de 1974, altamente considerado e respeitado pelos seus camaradas, pelos seus atributos profissionais e qualidades humanas, mas também pela sua cultura, inteligência e frontalidade. Características que fizeram com que, sendo o mais classificado de um numeroso e brilhante curso da Academia Militar – exactamente o curso de David Martelo – acabasse por ver a sua carreira militar sacrificada por, como tantos outros, ter vivido o 25 de Abril com empenhamento e nunca ter renegado os ideais porque se bateu.

PPC

CARTA AO DIRECTOR

Meu caro e prezado Director:

Ao tomar conhecimento do teor da resposta ao meu "*desabafo*" sobre o texto da apresentação do livro "**As Mágoas do Império**", do nosso camarada e amigo David Martelo, feita, na oportunidade, pela pública figura de Manuel José Homem de Melo (MJHM), dada a forma "*elegante e cavalheiresca*" como de tal assunto me vi arredado, não me restará outro recurso para o meu lamento, que não seja através desta figura de "Carta ao Director" , não para reclamar qualquer direito de resposta, porque não faria sentido responder a quem comigo, sobranceiramente, se recusa a falar, mas confiar ao critério do Director a decisão da publicação do pouco que tenho a dizer, pois prezo de mais, quer o nosso Boletim quer a pessoa que detém a responsabilidade da sua direcção, não querendo ensombrar, eu, que até nem sou esperto, os seus também por mim reconhecidos «... indesmentíveis dotes de inteligência, ponderação e capacidade intelectual...», nem afectar a reputação de alguém que muito estimo e que, pelos vistos, «... tinha *jus* a melhor companhia.» que a minha.

Pondere, portanto, meu caro Director. E pondere bem, cuidando de não deixar abastardar o **Referencial**, nem o seu prestigiado nome, de militar como poucos, de ensaísta sério e seguro, de comentador esclarecido e esclarecedor e de homem de corpo inteiro. De uma coisa o meu amigo pode ter a certeza: o eventual sacrifício do Gertrudes da Silva, não lhe custará o preço da nossa sólida amizade.

Quanto ao tal grande senhor, cujo nome não deixa, de facto, quaisquer dúvidas sobre a sua nobre ancestralidade e muito menos sobre a sua viril masculinidade, enganado andará quando pensa que, assim, de uma panada, qual bíblico gigante Golias, abate este pequeno David, esmagando-o com um simples pisar e esfregar da ponta da sua bota, esborrachando-o como se de uma formiga se tratasse.

Enganado andará quando pensa que, assim, de uma panada, qual bíblico gigante Golias, abate este pequeno David.

É que eu até admito que me tenha enganado e, assim, ter sido injusto para com tão ilustre senhor que, de facto, não conheço, embalado como me teria deixado ir pela emoção, que não deu tempo à razão para moldar um comentário mais elaborado e *politicamente* mais *correcto*. Mas, a bem da verdade, tem que se reconhecer a perspicácia de MJHM quando lembra «... o efeito e as ondas de choque que tinha previsto e que procurara evitar.»

Um cidadão qualquer, privado, embora, de alguns dos direitos, com o argumento de que assim terá que ser para que MJHM possa gozar da plenitude dos seus numa sociedade democrática.

Mas onde eu me enganei redondamente, foi quando pensei que já não estávamos num determinado tempo, de um mundo dividido, pelo menos no que ao espírito diz respeito, entre seres institucional e estatutariamente superiores, e outros que deverão manter-se no seu *devido lugar de homens comuns*, entre os quais me incluo e no meio dos quais me sinto muito bem. A separar estes dois tipos de seres existirá uma qualquer fronteira sagrada, que não poderá ser ultrapassada, sob pena de graves danações.

Eu atrevi-me, daqui de baixo, a dirigir a palavra a um senhor que se passeia nas varandas do alto do seu castelo de "*Intelectualidades*"; o que recebi em resposta, sobranceira, intolerante e cínica, foi uma grande escarreta que, espalmada no chão, tinha inscrita a legenda de «menoridade intelectual». Não satisfeito com isso esse amigo de alguém, porque amigos há-de ter, ainda se põe a *esgravatar* no meu nome, vá-se lá saber com que mórbidos propósitos.

E já que de mim esse senhor nada sabe, mas que, apesar de tudo, *existo*, aqui lhe direi que de meu nome completo tenho o de Diamantino Gertrudes da Silva, sou um "*miúdo*" de 56 anos de idade, casado e pai de dois filhos já adultos e coube-me na sorte de ser militar de profissão. Não tenho quaisquer títulos nem reclamo qualquer estatuto diferente do de um cidadão qualquer, privado, embora, de alguns dos direitos, com o argumento de que assim terá que ser para que MJHM possa gozar da plenitude dos seus numa sociedade democrática.

E este "*miúdo*" de 56 anos não teria pejo algum em publicamente apresentar a MJHM as suas desculpas. Só não o faço porque, pelos vistos, a minha «menoridade intelectual», não chegou, sequer, a beliscar a honorabilidade de tão inatingível senhor.

No rescaldo disto tudo, a *escarreta* aí fica no chão, como indelével marca de quem de tão alto a lançou. Passou ao lado e não me sujou; quanto ao nome, limito-me a invocar, porque parece vir a propósito, a citação de Saramago. «Conheces o nome que te deram, não o nome que tens».

Viseu, 25Fev99
Gertrudes da Silva

A *escarreta* aí fica no chão, como indelével marca de quem de tão alto a lançou. Passou ao lado e não me sujou.

AS MÁGOAS DE PORTUGAL

Em meados de 1998 a Europa-América editou e publicou o livro "As Mágoas do Império" da autoria do coronel David Martelo.

Surpreendido pela generosa referência que me é feita, decorrente do *Portugal, o Ultramar e o Futuro* que dei à estampa em 1963, fiz chegar ao coronel Martelo o devido reconhecimento.

Desse "contacto" acabou por resultar o convite para que apresentasse "As Mágoas do Império", convite que aceitei com natural aprazimento, muito embora desde logo tenha alertado o autor para o desagrado que a minha escolha e as palavras que intentasse proferir não deixariam de provocar na círculo dos *capitães de Abril* onde se situa e insere o ilustre autor.

Apesar do "aviso", David Martelo reiterou o convite. Entendi não dever considerar-me "mais papista que o Papa"...

A publicação – por iniciativa e responsabilidade do meu amigo coronel Vasco Lourenço – das considerações que teci a propósito d'*As Mágoas*, produziu o efeito e as ondas de choque que tinha previsto e que procurara evitar.

A publicação... ...das considerações que teci a propósito d'*As Mágoas*, produziu o efeito e as ondas de choque que tinha previsto e que procurara evitar.

Nem mais nem menos. O número relativo ao derradeiro trimestre de 98 d'O Referencial – Boletim da Associação 25 de Abril – inclui dois comentários críticos à apresentação que protaganizei, um da autoria da brigadeiro Pedro Pezarat Correia (PC) e outro subscrito por alguém cuja existência desconhecia e que dá pelo nome de Gertrudes da Silva, possivelmente, também um *capitão de Abril*, pese todavia o equívoco quanto ao respectivo sexo que, pelos menos de relance, o primeiro dos patronímios se presta a suscitar.

Ao comentário da responsabilidade de PC responderei prazeirosamente, ainda que de forma sucinta, no intuito de não abusar da hospitalidade que me é concedida e da paciência dos leitores do Boletim, por certo pouco receptivos aos pontos de vista por mim apresentados e defendidos.

Trata-se de um texto veemente, embora correcto na forma e válido no conteúdo, independentemente do rótulo de "chocante incultura" com que sou mimosiado. Adiante.

Discordar nem sempre se deve identificar com apoucar, mesmo que a maioria das polémicas tenda a seguir por esse trilho. Sucede porém e não raras vezes, que aqueles que nos criticam e de quem discordamos merecem mais respeito do que muitos dos que nos louvaminham e connosco aparentam identificar-se.

Não raras vezes, que aqueles que nos criticam e de quem discordamos merecem mais respeito do que muitos dos que nos louvaminham e connosco aparentam identificar-se.

Apesar de praticamente não conhecer o brigadeiro PC não tenho rebuço em lhe atribuir indesmentíveis dotes de inteligência, ponderação e capacidade intelectual, além de invulgares conhecimentos da matéria *sub judice*.

Mesmo quando dele se discorda dá (quase) sempre gosto de ler ou ouvir o que escreve e diz. Só posso lamentar que, pelos vistos, a inversa não seja verdadeira...

Ao outro "comentarista" não responderei. Independentemente do "tom" em que foi escrito – "tom" esse que considero inadequado e deselegante – o comentário não é mais do que uma lamentável amostra de menoridade intalectual que dispensa atenção e cortesia.

Acrescentarei, apenas, que se a escolha do coronel David Martelo foi infeliz ao convidar-me para apresentar as "Mágoas" – conforme Gertrudes da Silva considera – a sua "intervenção" revela-se desastrosa.

Pesarat Correia tinha *jus* a melhor companhia.

* * *

Poderá parecer estranho a alguns, que a pouco menos de um quarto de século do epílogo do nosso **ciclo colonial**, o tema continue a desencadear tantas e tão variegadas controvérsias imbuídas de forte carga emocional.

A verdade é que não há motivos para essa estranheza, Enquanto o **comunismo** – aproveitando a síntese lapidar do malogrado François Furet – "saiu à socapa do teatro da História, onde fizera uma entrada fulgurante", o **colonialismo** provocou caudalosos rios de sangue e pungentes sofrimentos antes de se dissolvesse.

A pouco menos de um quarto de século do epílogo do nosso ciclo colonial, o tema continue a desencadear tantas e tão variegadas controvérsias.

Para salvar o **comunismo**, ninguém se revelou disposto a lutar, quanto mais a morrer.

Em defesa do *status quo* colonial imolaram-se – e foram imoladas – milhares e milhares de vítimas.

O **comunismo** suicidou-se. O **colonialismo** tentou, desesperadamente, resistir.

Não admira, assim, que a abordagem do tema suscite, ainda, as mais vivas reacções sobretudo daqueles que, tendo de algum modo participado no desenrolar dos acontecimentos, julgam "aliviar a consciência" desembainhando a espada da polémica no intuito de esgrimirem mais com emoções do que com a razão.

Quando, no rescaldo da última Grande Guerra, começaram a soprar os ventos da História que iriam atingir e vitimar o *status quo* colonial português, não tardou que se posicionassem – e se confrontassem – três grandes opções:

1 - Diligenciarmos **permanecer**, fossem quais fossem as dificuldades a vencer e os métodos a utilizar;

2 - **Partir** de qualquer maneira, desprezando o legado histórico/cultural, representado por cinco séculos de presença contínua e sustentada;

3 - Preparar, acarinhar, conduzir e até impulsionar, primeiro a autonomia e depois a independência dos territórios ultramarinos, na senda do exemplo que século e meio antes déramos no Brasil.

Sabe-se que Salazar optou pela primeira via – a via que nos haveria de conduzir ao malfadado "orgulhosamente sós".

Sabe-se que os capitães de Abril optaram pela segunda – abandonando tudo e todos à triste sorte.

Só não foi possível encontrar quem seguisse pela terceira, precisamente aquela que tive a honra de defender e que Marcello Caetano pareceu, inicialmente, querer

(Continua na página seguinte)

DOZE ANOS

A intervenção de Manuel José Homem de Melo (HM)) no lançamento do meu livro *As Mágoas do Império*, publicada no n.º 52 do Referencial, suscitou dois comentários dos associados Pezarat Correia (PC) e Gertrudes da Silva que a nossa revista divulgou no seu n.º 53.

Apesar desses textos se debruçarem, fundamentalmente, sobre o conteúdo da intervenção de HM não deixou PC de manifestar o seu desacordo pela forma como, no texto do livro, me referi ao *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, publicado em 1962 por HM. Afirma PC que «considerar que [HM] teve razão antes de tempo, parece-me excessivo, porque implicitamente conclui que Spínola tinha razão em 1974».

Face a este raciocínio de PC, tenho que esclarecer que não foi essa a conclusão que tirei do estudo dos acontecimentos. Para mim, a descolonização feita em 1962 – sempre respeitando as regras então estabelecidas pela ONU – teria, relativamente a 1974, a enorme vantagem de não haver, ainda, guerra na Guiné e em Moçambique, e, no conjunto de todas as colónias, estarem os movimentos de libertação sem a capacidade militar, diplomática e política que exibiram em 1974. Acresce a tudo isto que, em 1962, o moral das Forças Armadas portuguesas e a qualidade do seu enquadramento se encontravam muito menos corroídos do que por alturas do 25 de Abril. Poderíamos, portanto, **impor** o *ritmo* do período de transição – aspecto em que, em 1974-75, maiores dificuldades haveríamos de experimentar. E, claro, **era essencial que não estivesse a decorrer uma revolução em Portugal**, como – temos de admiti-lo – o próprio Spínola teria preferido para a sua solução.

A descolonização feita em 1962 – sempre respeitando as regras então estabelecidas pela ONU – teria, relativamente a 1974, a enorme vantagem de não haver, ainda, guerra na Guiné e em Moçambique.

Assim, são esses **12 anos** de diferença que dão a HM a razão que, em 1974, já não assistia a António de Spínola. O comentário de PC seria, a meu ver, aceitável se a aplicação da fórmula sugerida por HM em 1962 fosse transferida para 1974, com todos os condimentos dessa época.

Por fim, devo referir que o debate proporcionado pelo *Referencial* vem demonstrar como o tema do Império continua a fazer vibrar a consciência dos portugueses. Certamente que estes «portugueses» a que atrás me refiro são, sobretudo, os que hoje já dobraram o meio século. Mas é desse grupo etário que se espera a discussão do tema e a gravação da memória desse tempo. A este título, a escolha de Manuel José Homem de Mello para apresentador das minhas *Mágoas* não poderia ter sido mais feliz.

David Martelo

A este título, a escolha de Manuel José Homem de Mello para apresentador das minhas *Mágoas* não poderia ter sido mais feliz.

(Continuação da página anterior)

adoptar, sem contudo evidenciar a suficiente determinação para prosseguir.

Compreender-se-á, agora, mais facilmente a afirmação do brigadeiro PC quando adianta, que "Homem de Mello não teve razão antes de tempo, como já não a tinha no tempo em que escreveu" (1963).

De facto a "razão" que o brigadeiro me recusa jamais desejaria tê-la, muito menos reivindicá-la.

Para PC, ter "razão" implicava que eu aderisse à tese da "agressão ocidental" enunciada por Arnold Toyneeb, segundo a qual o **colonialismo**, qualquer que tenha sido a modalidade que revestiu, nasceu ferido de uma espécie de "pecado original" insusceptível de ser remido, à míngua da "chegada" de um Messias...

Um "pecado original" resultante do fosso intransponível cavado, *ab inicio*, entre colonizados e colonizadores ou seja, entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores.

Em vez do "para Angola rapidamente e em força" de Oliveira Salazar, Pezarat Correia diria "fora de Angola – rapidamente, e sem olhar para trás"...

Não é este, como parece óbvio o lugar apropriado para debater a questão exaustivamente. Acrescentaria, por isso, apenas algumas linhas mais.

Mesmo dando de barato que, ao longo de quinhentos anos de permanência, tivéssemos sido não apenas mais do que opressores e exploradores – o que se me afigura, no mínimo, exagerado – nem por isso deixaria de incumbir, a quaisquer dirigentes **responsáveis**, a defesa e a protecção de quantos, nos territórios ultramarinos, viviam e labutavam, fossem pretos, brancos ou mestiços. Precisamente aquilo que os revolucionários de Abril se recusaram a fazer, votando tudo e todos, como já referi, à mais mísera sorte.

Quem, como nós, chegara meio milénio antes e ficou e se radicou e se identificou com a terra miscigenando-se com as gentes, não deveria ter agido, nem poderia ser tratado como se tivéssemos chegado ontem. Fossem quais fossem as circunstâncias que condicionassam a conjuntura.

Ao partir como partimos – sem respeito pelo passado e por nós próprios – acabamos por nos revelar indignos dos mortos e dos que, embora vivos, deixaram em África quanto tinham granjeado ao longo da vida.

A "política ultramarina" do Estado Novo e a "descolonização exemplar" promovida pelo 25 de Abril, constituíram – e constituem – duas das mais sombrias páginas da nossa História. As mágoas não são apenas de David Martelo, de Pezarat Correia ou do autor destas linhas. Não são mágoas deste ou daqueles. Nem sequer do Império. São mágoas de Portugal.

Manuel José Homem de Melo

As mágoas não são apenas de David Martelo, de Pezarat Correia ou do autor destas linhas. Não são mágoas deste ou daqueles. Nem sequer do Império. São mágoas de Portugal.

NOTÍCIAS DA NOVA SEDE

Teve finalmente início em 18 de Janeiro a obra da futura SEDE da nossa A25A, na Rua da Misericórdia n.° 93 (ao Chiado). A Direcção da Associação manterá aberta esta coluna de informação no "REFERENCIAL", com o intuito de levar aos associados, uma perspectiva do seu avanço e de uma divulgação da articulação dos espaços funcionais e lúdicos de que o edifício disporá.

Por hoje divulgamos a sua localização, o futuro alçado principal e a equipa técnica do empreendimento. É com muito gosto que entretanto convidamos os nossos associados a por lá passarem durante as obras, onde encontrarão o nosso fiscal permanente, Sarg. chefe Cláudio Marques (nosso sócio).

Integrada nas Comemorações das Bodas de Prata do 25 de Abril de 1974, prevê a Direcção da Associação a sua inauguração oficial em 2l de Outubro do corrente ano (17.° aniversário da A25A).

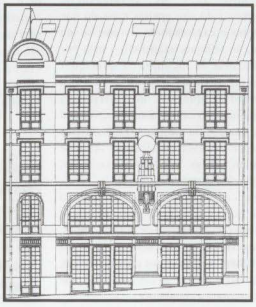
JANTAR-CONVÍVIO COMEMORATIVO DO XXV ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

EM GRÂNDOLA
DIA 24 DE ABRIL 20.00 HORAS

CONCENTRAÇÃO
PARQUE EDUARDO VII
17.30 HORAS

(Ao fundo do parque, junto à Praça Marquês de Pombal)

INSCREVE-TE



OBRA DA FUTURA SEDE DA A25A

25.° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

PROJECTO GERAL:	ÁLVARO SIZA - Arquitecto
COORD. DE OBRA:	FALCÃO DE CAMPOS - Arquitecto
ESPECIALIDADES:	STA - Segadães Tavares & Associados
FISCALIZAÇÃO:	PENGEST, LDA. / A25A
OBRA A CARGO:	CONTRUTORA ABRANTINA, S.A.

Sta pengest ABRANTINA

Perante o tratamento público do tema "reparação de injustiças, reconstituição de carreiras", a direcção da A25A reuniu, apreciou a situação e aprovou o seguinte comunicado, que decidiu difundir em conferência de imprensa:

COMUNICADO

A dignidade dos militares de Abril nunca poderá ser comprada com favores. O seu empenho na luta contra as iniquidades e injustiças não pode ser confundido com a procura de benesses.

A Associação 25 de Abril tem sido envolvida nos últimos dias numa campanha que afronta os militares que fizeram a Revolução.

A campanha teve origem num ***estudo técnico*** elaborado por um Grupo de Trabalho constituido no âmbito da Associação 25 de Abril que desse a conhecer ao Governo e aos Grupos Parlamentares as diversas situações de injustiça em que praças, sargentos e oficiais dos três Ramos das Forças Armadas têm sido envolvidos.

O estudo, necessário para o conhecimento dessas situações vinha sendo requerido desde há bastante tempo, quando o assunto era abordado por pessoas ligadas ao poder.

Constam do estudo técnico algumas medidas de reconhecimento que são perfeitamente acessórias em relação à questão essencial da reparação de injustiça, fim principal do estudo.

A Associação 25 de Abril lamenta e reconhece o erro de ter incluído no documento técnico algumas das sugestões que lhe foram feitas neste âmbito.

Nesse sentido, para que não subsistam quaisquer dúvidas, a Associação 25 de Abril, com o objectivo de esclarecer a opiniao pública, rejeita qualquer solução que possa pôr em causa a dignidade e questionar a generosidade dos militares que arriscaram a vida para conquistar a liberdade para os portugueses.

A Associaçao 25 de Abril não abdica, e nunca abdicará, de conseguir que sejam reparadas as injustiças que os levaram a apresentar o documento e espera que as suas razões sejam reconhecidas e assumidas pelos órgãos próprios.

11 de Março de 1999

A Direcção

Injustiças e poucas vergonhas

Prezados associados. Caros camaradas, militares de Abril.

Tendo presente tudo o que se passou à volta do tema "reparação de injustiças, reconstituição de carreiras", falsamente apresentado como "promoções a general", impõe-se um esclarecimento a todos os associados da A25A. Só assim, conhecedores de todos os elementos poderão analisar a situação, compreendê-la e assumir uma qualquer posição, mais ou menos crítica.

Tenho a noção concreta de que me deixei cair numa emboscada. Reconheço que já tenho idade para não ser tão ingénuo como fui. Como é costume dizer-se, já tenho idade para ter juízo... Mas enfim, reconhecendo que "fiquei mal na fotografia", reconhecendo que permiti que alguns tentassem beliscar-me e pôr em causa a imagem que construí com a minha intervenção e o meu posicionamento no passado, para com isso atingirem também o 25 de Abril, confio em que, no fim, se salve o essencial e o problema da reparação das injustiças possa ser resolvido. Passados 25 anos sobre o 25 de Abril, é tempo de terminarem algumas das hipocrisias, é tempo de acabarem as "palmadinhas nas costas" esperando que, no mínimo, nos dêem um tratamento semelhante a todos os outros. Isto, porque um dos elementos fundamentais da justiça é precisamente a universalidade da sua aplicação...

Reconhecendo que permiti que alguns tentassem beliscar-me e pôr em causa a imagem que construí com a minha intervenção e o meu posicionamento no passado, para com isso atingirem também o 25 de Abril, confio em que, no fim, se salve o essencial e o problema da reparação das injustiças possa ser resolvido.

Parece-me desnecessário referir as inúmeras situações de marginalização e perseguição aos militares de Abril, durante os últimos 23 anos e mais especificamente nos últimos 17 anos. A nós, militares de Abril, não é preciso ninguém nos contar o que se passa, pois temos conhecimento directo de tudo. Sabemos bem quão difícil tem sido manter a coluna vertebral direita, continuando fieis aos valores que há 25 anos nos levaram a arrancar para a jornada que marcaria indelevelmente todas as nossas vidas. Como sabemos também o difícil que tem sido resistir e as consequências dessa mesma resistência...

Há muitos anos que vimos denunciando a permanente hostilização e marginalização dos militares de Abril, muitas vezes com consequências nefastas no normal evoluir da sua carreira profissional.

Essa denúncia tem sido feita das mais diversas maneiras:

- Denúncias públicas, seja por ocasião da passagem de aniversários do 25 de Abril, seja em muitas outras situações.
- Estabelecendo contactos com os responsáveis militares, no sentido de os sensibilizar para as injustiças cometidas, a sem razão das mesmas e a necessidade de rever situações (infelizmente quase sempre sem resultados concretos...)
- Estabelecendo contactos com os responsáveis políticos da área da defesa nacional, procurando sensibilizá-los para a situação, no sentido de agirem dentro da sua competência própria (infelizmente quase sempre sem resultados concretos, ouvindo normalmente afirmações do tipo de "isso é da competência dos responsáveis militares"...).
- Estabelecendo contactos com muitos outros responsáveis políticos, procurando sensibilizá-los para a situação e para a necessidade de se reverter a mesma

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

(infelizmente sempre sem resultados práticos, não recebendo mais do que palavras de compreensão, solidariedade e perguntas do tipo "que fazer? Como se pode encontrar solução?....").

Foi precisamente este tipo de reacções (o que fazer e como?) que nos levou a avançar com um estudo que não pretendia ser mais do que um **apoio técnico** a quem tem poder para propor e aprovar legislação. Assim, depois da realização da Assembleia Geral da A25A, em Outubro de 98, decidiu-se criar um **grupo de trabalho** que estudaria o assunto e procuraria fazer um elenco das acções possíveis, para que o objectivo da reparação de injustiças fosse alcançado.

Foi precisamente este tipo de reacções (o que fazer e como?) que nos levou a avançar com um estudo que não pretendia ser mais do que um *apoio técnico* a quem tem poder para propor e aprovar legislação.

Ao analizar-se a situação, não se pôde deixar de rever as muitas perseguições, marginalizações, injustiças e prejuízos concretos de que muitos de nós fomos vítimas.

Basta recordar os expulsos, os preteridos na promoção, os empratelerados em funções menores, os empurrados para fora da instituição.

Como basta recordar as muitas ofensas recebidas, de que apenas realço três:

- O não reconhecimento aos ex-titulares dos orgãos de soberania não eleitos (Presidente da República, Conselho da Revolução e Governos Provisórios) de um estatuto semelhante aos dos ex-titulares dos mesmos orgãos resultantes de eleições.
  Daí resultando, por exemplo que o marechal Costa Gomes, como aconteceu com o marechal António Spínola, não pertença, por inerência, ao Conselho de Estado;
- A não entrega oficial do bastão de marechal a Costa Gomes, a exemplo do que foi feito com António Spínola. O que levou a Associação 25 de Abril a substituir-se ao Presidente da República e a entregar ela própria o bastão a Costa Gomes;
- O indeferimento de uma pensão a Salgueiro Maí, por feitos extraordinários e relevantes, pois se considerou que a sua participação no 25 de Abril não merecia essa qualificação. O que foi ainda mais gritantemente chocante, quando se soube que dois elementos da famigerada PIDE/DGS tinham recebido essa pensão, por feitos praticados na sua qualidade de agentes dessa tenebrosa polícia política.

Tudo isto para não lembrar a maneira vergonhosa como os militares de abril foram tratados pelo poder político, quando da revisão da constituição em 1982, com o consequente, lógico e previsto fim do período de transição.

O grupo de trabalho estudou a situação e elaborou um projecto de solução que comportava várias hipóteses de soluções para o problelna de fundo: criar oondições para reconstituição da carreira dos militares (praças, sargentos e oficiais) que, pelo seu empenhamento no processo político – militar do 25 de Abdl, viram essa carreira prejudicada.

Havia antecedentes, seja em relação às soluções principais, seja em relação às situações secundárias. Por isso, decidiu incluí-las todas.

Não me compete a mim realçar a minha pouca intervenção no estudo e nas suas conclusões... Assumo a responsabilidade das minhas acções.

E o facto é que, apesar de ter sugerido alterações que produziram um estudo menos político, não impedi que o mesmo mantivesse algumas medidas mais controversas, com a agravante de eu ser um dos que iriam ser abrangidos. Não vou, aqui e agora, tecer comentários ou apresentar justificações. Aceitei fazer andar o estudo e apenas poderei garantir que a todos a quem o apresentei, ou dele falei, chamei a atenção para algumas consequências que poderiam ser polémicas.

Aceitei fazer andar o estudo e apenas poderei garantir que a todos a quem o apresentei, ou dele falei, chamei a atenção para algumas consequências que poderiam ser polémicas.

No seguimento dos contactos atrás referidos, procurei entregar aquilo que para nós nunca foi uma proposta concreta, mas sim e apenas um simples apoio técnico, a quem poderia aprovar a legislação necessária. Uma prova disso é o facto de o estudo não estar assinado, nem sequer ter sido feito em papel timbrado da A25A. O que nos teria permitido, se tivessemos um procedimento canalha como o que alguns tiveram connosco, negar a paternidade do estudo...

Como nunca nos passou pela cabeça fazer uma proposta, pois nem sequer temos competência legal para isso, apresentámos sempre o documento como um simples estudo, chamando a atenção para os seus aspectos polémicos, referindo que o essencial era a questão da reparação de injustiças e frisando que era este aspecto que deveria ser salvaguardado.

Em primeiro lugar, falei com o Presidente da Assembleia da República, a quem pedi uma audiência, na sequência de uma outra já havida há quase um ano, em que estive juntamente com o Vitor Alves.

Nesta segunda audiência, apresentei o documento, com os cuidados atrás referidos, sugeri que o ideal era que o assunto fosse assumido por um grupo de deputados que abrangesse os vários partidos e pedi-lhe que fosse ele a desenvolver as iniciativas necessárias para o efeito.

Concordando com a justiça do conteúdo do documento, prontificou-se a fazer as *demarches* necessárias, ainda que me alertasse para as dificuldades da situação, nomeadamente porque se está em ano eleitoral.

Passado algum tempo, fui informado pelo doutor Almeida Santos das dificuldades encontradas, aliás já esperadas: por um lado, o governo achava que não deveria ser ele a aprovar legislação (o que até vinha ao encontro das nossas preferências), por outro o PSD estava a levantar problemas. O que poderia obrigar à amputação do documento.

"Não tem importância", reagi "como lhe disse, o fundamental é a reparação das injustiças. O resto é secundário, por isso, desde que aprovem o mais importante, trunquem o estudo como quiserem".

Ao ouvir que, mesmo assim, não havia garantias de que o fundamental fosse aprovado, perguntei se seria importante contactar o líder do PSD. Se fosse imprescindível, não me importaria de o fazer.

Ingenuidade? Sim, não tenho dúvidas em aceitar essa crítica. Mas mais que ingenuidade, continuamos é, acima de tudo, a ser limpos, sérios e honestos, sem segundas intenções. A nossa luta continua a ser por valores e não por interesses. Por isso, não aceitamos que procurem leiloar a nossa dignidade e a nossa honra.

Como defesa, apenas direi duas coisas: para além de querer acreditar que, apesar de todas as evidências, o líder do principal partido da oposição saberia ter um procedimento honesto, crucial e de Homem, deixei-me levar por dois factos, a participação do professor Marcelo Rebelo de Sousa num acto comemorativo dos 25 anos do 25 de Abril (a evocação da reunião

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

de 1 de Dezembro, em Óbidos) e a sua atitude, quando na reunião da Comissão de Honra das Comemorações Oficiais, eu apresentei o assunto. Com efeito, Marcelo não destoou na aprovação generalizada que a questão recebeu, quando propus que se aproveitassem os 25 anos de Abril para um reconhecimento/reparação aos militares de Abril, prejudicados pelo seu envolvimento no processo revolucionário. Não se coíbindo em me apoiar declaradamente...

Na conversa que tive com ele, na sede do PSD, entreguei-lhe o documento repisando bem tratar-se não de uma proposta, muito menos de um projecto fechado, mas sim de um estudo que continha algumas medidas controversas e polémicas e que deveria, portanto, merecer atenção especial, podendo ser truncado do acessório, desde que o fundamental (reparação de injustiças) se mantivesse.

Na conversa que tive com ele, na sede do PSD, entreguei-lhe o documento repisando bem tratar-se não de uma proposta, muito menos de um projecto fechado, mas sim de um estudo que continha algumas medidas controversas e polémicas e que deveria, portanto, merecer atenção especial, podendo ser truncado do acessório, desde que o fundamental (reparação de injustiças) se mantivesse.

Obtive compreensão e concordância, chegando a ouvir a firmação de que não havia problemas, os 25 anos do 25 de Abril deveriam ser comemorados com medidas especiais – por exemplo a condecoração com a Ordem da Liberdade de Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Álvaro Cunhal – e que se o PP não aprovasse, não faria mal, porque a aprovação dos três principais partidos seria o suficiente.

Despedimo-nos, depois de o ouvir afirmar-me que iria analisar o estudo "para ver se havia problemas de natureza jurídica, nomeadamente Constitucionais" e que o apresentaria à Comissão Permanente e ao líder parlamentar do seu partido – "estou certo de que não haverá problemas", salientou, prometendo dar-me notícias em breve.

Três dias depois, fui surpreendido com a difusão do documento, apresentado como mera proposta formal da A25A e dando origem a uma enorme canmpanha de intoxicação, desinformação e ataques desbragados aos militares de Abril. Valeu tudo, até o falar em nome dos mortos. Escamoteando que se estava a falar em nome de um dos exemplos claros de marginalização e de perseguição aos militares de Abril, situação que só viriam a reconhecer depois da sua morte... Confesso que me senti enjoado, nomeadamente quando vi o Diário de Notícias descer tão baixo. Em 1975 chamaram-lhe o Pravda, hoje, com um director-adjunto que escreve um escarro como o editorial de António Ribeiro Ferreira, francamente, não sei como chamar-lhe!...

Três dias depois, fui surpreendido com a difusão do documento, apresentado como mera proposta formal da A25A e dando origem a uma enorme campanha de intoxicação, desinformação e ataques desbragados aos militares de Abril. Valeu tudo, até o falar em nome dos mortos.

Inevitalmente, surgiram também algumas tomadas de posição públicas, por parte de alguns militares. Que, sendo sempre os mesmos, mostraram mais uma vez os seus rancores, os seus ressentimentos, a sua falta de vergonha. Felizmente que nós nos conhecemos todos e sabemos o passado de cada um. Com algumas atitudes que tomam, às vezes até mereciam que se recordasse, se lhes pusesse ao léu o rol das suas façanhas.

Por mim, que procuro lutar contra a memória curta, prefiro desprezá-los, não lhes concedendo condições para me olhar de frente, quanto mais para levantarem qualquer dedo acusador...

Estranhar-se-á talvez o porquê de ter contado tudo isto, descendo mesmo a pormenores de conversas pessoais. Fi-lo, porque considerei necessário dar a conhecer-vos o que se passou, pois considero que só com uma informação correcta se está em condições de assumir posições críticas.

Para além de pedir a vossa atenção para a restante informação que sobre este assunto se publica no Referencial, termino com mais uma informação e um comentário:

Contactei o Ministro da Defesa Nacional e os quatro chefes de Estado Maior, a quem informei das diligências efectuadas. De nenhum recebi qualquer contestação, para além de alguma discordância. Que se atenuava bastante, quando informados de que os militares (praças, sargentos e oficiais) envolvidos estavam praticamente todos na situação de reserva e reforma.

Estranhar-se-á talvez o porquê de ter contado tudo isto, descendo mesmo a pormenores de conversas pessoais. Fi-lo, porque considerei necessário dar a conhecer-vos o que se passou, pois considero que só com uma informação correcta se está em condições de assumir posições críticas.

Por fim, o comentário: não sei se conseguirei aprender bem a lição e não cair noutra.

Acredito que tudo teria sido quase igual se o estudo incluísse apenas a questão da reparação de injustiças. Os argumentos teriam sido outros, sem as armas que lhes oferecemos, mas o facto é que o ódio a Abril teria vindo na mesma ao de cima.

Acredito que tudo teria sido quase igual se o estudo incluísse apenas a questão da reparação de injustiças. Os argumentos teriam sido outros, sem as armas que lhes oferecemos

Acredito, também, que se abriu uma porta, talvez mesmo um portão, para a resolução das muitas injustiças ainda existentes (não esquecendo não ser possível apagar as consequências dessas injustiças!...). Como dizia, não sei se conseguirei aprender a lição, mas uma coisa aprendi: a desprezar mais determinadas pessoas, que fizeram da política a sua principal actividade. Seja para ganharem poder, seja para ganharem dinheiro. Com efeito, que pensar quando, depois de um debate televisivo, onde consigo controlar-me e não responder à hipocrisia e verborreia do meu interlocutor (engenheiro Ângelo Correia), procurando demonstrar-lhe que não tem razão, que de facto existem muitas e muitas situações de perseguições injustas a militares de Abril, ouvindo-o dizer-se desconhecedor e aconselhar o recurso a tribunais, que pensar quando, depois de fechadas as câmaras, o oiço dizer com um sorriso cínico e irónico "agora que já posso falar, quero dizer-lhe que tem toda a razão. Existem muitas situações, como as que referiu. Eu próprio conheço várias, nomeadamente na classe de sargentos...".

Talvez aqui estejam algumas das razões que fizeram com que muito poucos militares de Abril tenham enveredado pela vida política. E, confessemos orgulhosos, que os poucos, que confirmam a regra não nos têm envergonhado!...

Vasco Lourenço

GRUPO DE ESTUDO

A partir do dia 05 de Março a comunicação social tratou da forma mais variada e inicialmente sensacionalista um "misterioso projecto" de "auto-promoção" dos militares de Abril. Felizmente o passar do tempo ajudou a clarificar alguns aspectos de uma ideia que tal como era apresentada, parecia absurda e ofensiva para as pessoas que lutaram e se sacrificaram para que Abril acontecesse.

Como fui eu que coordenei o Grupo de Trabalho que produziu o documento de estudo origem de tanta polémica e má interpretação, impõe-se da minha parte um esclarecimento no nosso boletim.

É do conhecimento geral que muitos militares de Abril ao longo do processo foram prejudicados nas suas carreiras. No caso da Marinha a situação foi particularmente grave para muitas praças do QP nos anos de 1976 a 79, e para alguns sargentos e oficiais. Desde então pensei sempre que deveria ser feita justiça a estes militares e que lhes era devida uma reparação.

Nos últimos anos, aquando dos aniversários do 25 de Abril, surgia por vezes a ideia, do reconhecimento aos militares de Abril – atribuição da Ordem da Liberdade e/ou promoção de alguns mais conhecidos (concretamente do C.R.), sempre considerei que antes do reconhecimento haveria que fazer justiça aos que tinham sido prejudicados.

Na Assembleia da A25A de Outubro 1998 foi aprovada a orientação de se procurar fazer a reparação aos militares que tinham sido prejudicados, permitindo-lhes a reconstituição das carreiras como tinha sido feito pelo Decreto N.° 330/84 para os saneados a seguir ao 25 de Abril. Desde logo manifestei a minha disponibilidade para tratar da questão, dado que tinha um conhecimento directo de muitos dos casos da Marinha.

Posteriormente o Presidente da A25A, ten.cor. Vasco Lourenço, contactou-me para coordenar um Grupo de Trabalho que fizesse o levantamento e o estudo da questão. Rapidamente iniciámos as reuniões e arrancámos com um G.T. constituído por oficiais, sargentos e praças da Marinha, foi possível congregar também elementos do Exército e da Força Aérea, tendo então sido iniciado o estudo e debatidas as linhas gerais do nosso trabalho:

- recolher toda a legislação após o 25 de Abril que permitiu a reparação de casos de afastamento político pelo regime da Ditadura;
- seguir tanto quanto possível o 330/84, permitindo a reconstituição das carreiras;
- não haver direito a retroactivos;
- procurar uma avaliação dos casos que não fosse exclusivamente estatutária e burocrática;
- iniciar o processo por vontade e a requerimento do próprio interessado;
- fazer um levantamento das situações abrangidas, permitindo ter uma ideia do número de militares envolvidos e dos possíveis custos;
- não perturbar a Instituição Militar, dando aos CEM's a possibilidade de ter a última palavra sobre o regresso à efectividade de serviço.

Indico seguidamente as várias fases do processo de levantamento da situação e de elaboração do documento de trabalho:

Em NOV98 foi elaborado um 1.° documento tendo como modelo o D.L. 330/84 e iniciado o levantamento das situações e dos casos concretos.

A 3 de Dezembro estava concluída a 1.ª versão do estudo com base nas linhas gerais indicadas e cuja ideia força era apenas a da reparação das injustiças havidas. Este projecto foi afinado e mostrado a alguns elementos fora do Grupo de Trabalho, para recolha de opiniões e sensibilidades, falei então telefonicamente com o Presidente da A25A, mas não lhe mostrei sequer o texto, tivemos uma troca de impressões sobre o assunto e sobre algumas sugestões que me tinham chegado, no sentido de incluir também a ideia do reconhecimento.

Transmiti ao G.T. a sugestão de incluir também a ideia de reconhecimento no mesmo estudo, o assunto foi debatido e surgiram algumas dúvidas, não iria esta nova ideia prejudicar a questão essencial que era a da reparação?

Em 5 de Janeiro de 1999 tínhamos concluído a 2.ª versão do documento.

Devo dizer que defendi agora a inclusão da ideia do reconhecimento no mesmo documento de trabalho pelas seguintes razões:

Transmiti ao G.T. a sugestão de incluir também a ideia de reconhecimento no mesmo estudo, o assunto foi debatido e surgiram algumas dúvidas, não iria esta nova ideia prejudicar a questão essencial que era a da reparação?

- clarificar quais as situações e serviços que julgávamos poderiam ser objecto de reconhecimento, evitando que a decisão do Poder se viesse a concentrar sobre os militares do C.R. e fosse injusta relativamente a outros militares cujos serviços e exemplo foi igualmente importante;
- não sermos nós a auto limitar-nos, uma vez que nos era solicitada uma indicação nesse sentido;
- porque se tratava de um documento de trabalho e quem de direito decidiria como entendesse, não haveria qualquer pressão da nossa parte;
- uma razão pessoal, estava fora dos abrangidos o que me permitia um juízo sereno.
- seria hoje um acto de arrogância e orgulho nosso, rejeitar à partida, uma ideia de reconhecimento sincera e que nos é exterior.

Em 22 de Janeiro uma comissão do G.T., constituída por mim e mais um elemento de cada ramo, entregou ao Presidente da A25A o documento resultado do nosso trabalho, só então ele teve conhecimento directo do seu âmbito e dos termos em que estava redigido. Foi então decidido explicitar que se desejava evitar qualquer perturbação nas F.A.'s, clarificando que os militares que viessem a ser abrangidos ficariam nas situações em que hoje estão e no caso de que algum com menos de 36 anos de serviço, viesse a requerer o regresso à efectividade de serviço o CEM respectivo teria sempre a última palavra.

Parecia claro, que sendo este nosso contributo um elemento de ajuda ao PODER para que fizesse justiça como parecia consensual e por outro lado estando garantida de facto a não perturbação da instituição militar, o processo se iria desenrolar normalmente através das competentes vias.

O Presidente da A25A tomou nas suas mãos o documento do G.T. e encaminhou-o da forma que julgou mais adequada.

Mais algumas considerações quanto ao nosso trabalho e às primeiras reacções que surgiram através da imprensa.

Devo esclarecer que os elementos do G.T. apesar da preocupação quanto à ideia do reconhecimento e da perturbação, que poderia provocar sobre o princípio essencial da reparação, aceitou dentro de um espírito de abertura e generosidade, que fosse aberta a via para que o Poder reconhecesse, se quisesse, os serviços prestados pelos militares de Abril.

Claro que a concretização do princípio do reconhecimento não pode ser por vontade e o requerimento do próprio, teria de ser por via institucional directa, daí se prever um mecanismo diferente.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Parecia claro, que sendo este nosso contributo um elemento de ajuda ao PODER para que fizesse justiça como parecia consensual e por outro lado estando garantida de facto a não perturbação da instituição militar, o processo se iria desenrolar normalmente através das competentes vias.

O que alguma imprensa pretendeu classificar de auto-promoção é exactamente o contrário, apenas e só o Poder decidiria como e em que sede seria feito o reconhecimento, se assim o entendesse oportuno.

Não são os militares de Abril que estão a pedir ou ainda menos a exigir que lhes seja feito um reconhecimento pelos serviços prestados ao país, o que pedem e exigem é que seja feita justiça aos que foram prejudicados, manifestando-lhe a nossa solidariedade, o que pretendem é que seja aberta a via da reconstituição das carreiras como o foi para os militares que foram saneados a seguir ao 25 de Abril, esta é a questão essencial, a questão do reconhecimento não é nossa mas sim da sociedade portuguesa e do poder instituído, que encontrará se quiser as vias e soluções que entender convenientes. Continuamos a não querer vantagens ou privilégios por termos participado no 25 de Abril, mas não deixamos de ser solidários e lutar para evitar que camaradas nossos sejam ou continuem a ser marginalizados ou afastados das F.A.'s e feridos na sua dignidade e brio profissional, exigimos sim uma reparação, que em muitos casos será moral mas que é essencial.

Pretendem é que seja aberta a via da reconstituição das carreiras como o foi para os militares que foram saneados a seguir ao 25 de Abril, esta é a questão essencial, a questão do reconhecimento não é nossa mas sim da sociedade portuguesa e do poder instituído, que encontrará se quiser as vias e soluções que entender convenientes.

Foi com alguma surpresa que constatei um certo tipo de reacções de ataque directo, quer ao Presidente da A25A, quer aos militares de Abril em geral, procurando atingir a nossa dignidade através de argumentos descabidos. Será que acordámos demónios adormecidos? Estejam descansados, não pretendemos criar dificuldades ao regime democrático, a nossa dignidade, o nosso brio, o nosso espírito de sacrifício e generosidade, a nossa solidariedade não são mercadoria de compra e venda, não queremos que nos paguem os serviços, sabemos respeitar a nossa dignidade e também a dos outros, para nós o factor material ainda não é a medida de tudo.

No que se refere ao Presidente da A25A ele não teve intervenção directa na elaboração do estudo, cuja responsabilidade assumo, é verdade que o aceitou, mas isso não justifica de maneira nenhuma os ataques de que foi alvo.

No que se refere ao Presidente da A25A ele não teve intervenção directa na elaboração do estudo, cuja responsabilidade assumo, é verdade que o aceitou, mas isso não justifica de maneira nenhuma os ataques de que foi alvo.

Uma palavra para os militares de Abril, estes acontecimentos mostram-nos que o 25 de Abril embora aceite pela generalidade do povo português, ainda o não foi por todos os agentes do PODER em sentido lato e por alguns "fazedores" de opinião. Há demónios e fantasmas que ainda se agitam, há ainda quem não tenha "perdoado" aos militares de Abril a ousadia que tiveram e há também quem tenha inveja de não ter sido "militar de Abril", ainda somos muito incómodos para alguns sectores da sociedade portuguesa, há quem nos considere "implicados" no 25 de Abril e queira aproveitar esta ou outra oportunidade para nos atingir, há quem receie a nossa intervenção ou evidência.

Os sentimentos que o nosso estudo despoletou revelam que a nossa existência é um escolho ao branqueamento da ditadura, que enquanto existirmos somos a prova de que o fascismo português e o liberalismo de então não tiveram capacidade para fazer a tran-sição para a democracia, somos de facto incómodos a quem pretende apenas uma visão de continuidade na história recente de Portugal.

Houve de facto uma rotura de que nós fomos agentes directos e que continuamos a assumir, somos incómodos por isso e porque hoje ainda não fomos reduzidos à condição de figuras apenas decorativas.

Como diria Salgueiro Maia nós continuamos a ser implicados no 25 de Abril e enquanto isso acontecer não podemos ser reduzidos à condição de figuras decorativas.

Apesar de podermos parecer ingénuos continuamos a actuar de forma clara e honesta, sem segundas intenções, colaborando com quem nos pede colaboração, assumindo as nossas limitações e erros, não atinge a nossa dignidade quem quer. Sentimentos de ódio ou inveja são má companhia, é preciso que os militares de Abril não se deixem arrastar por julgamentos precipitados ou menos informados.

Desejamos que o 25.° Aniversário do 25 de Abril de 1974 seja um momento de alegria e de festa do povo português, mas também de justiça e de visão positiva do futuro.

Martins Guerreiro

Assembleia Geral

Reunida em sessão ordinária, em 13 de Março no Forum Lisboa, teve participação significativa de sócios.

De acordo com a agenda, foi ractificada a admissão de novos sócios (39 efectivos e um colectivo). Igualmente aprovado foi o Relatório das Actividades e Contas da Direcção, referentes ao ano de 1998, bem como o respectivo parecer do Conselho Fiscal, que incluiu uma proposta de louvor à Direcção.

Como ponto fundamental da reunião, destaca-se a discussão sobre a questão da reparação de carreiras dos militares prejudicados pela sua participação no 25 de Abril e no processo a que o mesmo deu origem.

Após uma exposição feita pelo presidente da Direcção, ten. cor. Vasco Lourenço, que recordou todos os passos dados, e uma intervenção do almirante Martins Guerreiro, como coordenador do Grupo de Estudo, a assembleia discutiu com grande vivacidade, profundeza e dignidade, onde não faltaram alguns momentos de emoção, toda a problemática do assunto. Dali ressaltando a caluniosa e ofensiva campanha que certas forças políticas, alicerçadas em posições de alguns jornalistas e fazedores de opinião, lançaram contra o 25 de Abril, a Associação 25 de Abril e o seu presidente da Direcção. De registar a exaltação feita a Vasco Lourenço, que deu a cara num estudo de que não fora autor, não recuando na defesa dos princípios e dos objectivos fundamentais.

Como exemplo das posições assumidas durante a discussão, onde o repúdio e a mágoa pela campanha conduzida contra a A25A e o seu presidente foram notórios, publica-se a intervenção do sócio Álvaro Fernandes. Da discussão resultou a aprova-ção de dois documentos: o comunicado que se publica a seguir e a recomendação à Direcção para que conduza a participação da Associação 25 de Abril nas comemorações oficiais do 25 de Abril, de forma a assegurar a dignidade que a mesma A25A exige.

Comunicado

Na sequência da controvérsia recente sobre a questão da reconstituição de carreiras militares ligados ao processo revolucionário do 25 de Abril, a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril reunida em Sessão Ordinária em 13 de Março de 1999 decidiu:

1. Manifestar o seu total apoio à Direcção da Associação e particularmente ao seu presidente Ten Cor Vasco Lourenço.
2. Congratular-se e apoiar a tomada de posição que visa fazer justiça aos militares (praças, sargentos e oficiais) que participaram no 25 de Abril e no processo revolucionário que se lhe seguiu, e continuam injustiçados.
3. Manifestar o seu repúdio pelo aproveitamento indevido e deturpador do essencial das intenções que presidiram à elaboração do estudo técnico do grupo de trabalho, surgido aliás na sequência de várias abordagens do assunto, havidas desde há muito com elementos do poder político e militar.
4. A Associação continuará empenhada em não permitir que a história seja adulterada banalizando o significado do 25 de Abril e a acção dos militares que foi feita contra a ditadura e a guerra colonial.

Lisboa, 13 de Março de 1999

Em primeiro lugar quero agradecer à Associação 25 de Abril e ao Grupo de Trabalho que se dispôs de boa-fé a fornecer, às instâncias competentes, os elementos necessários e suficientes para que, finalmente, viesse a ser feita justiça a todos os militares discriminados, ultrajados e perseguidos, por terem cometido o delito imperdoável de – como disse lapidannente o Femando Salgueiro Maia – "estarem implicados no 25 de Abril".

Só por manifesta ou involuntária omissão não deixaria aqui uma palavra muito especial para o Vasco Lourenço.

O facto de teres conseguido manter a calma, a disponibilidade e a frontalidade, numa palavra, a humilde dignidade e a coragem de dar a cara para nos defender debaixo de fogo cruzado, na emboscada que nos montaram, merece no mínimo e para já que te diga: Bem hajas!

O facto de teres conseguido manter a calma, a disponibilidade e a frontalidade, numa palavra, a humilde dignidade e a coragem de dar a cara para nos defender debaixo de fogo cruzado, na emboscada que nos montaram, merece no mínimo e para já que te diga: Bem hajas!

Se mais não fosse, viesse reconfirmar aquilo a que nos habituaste há já 25 anos: podemos contar sempre contigo.

Em segundo lugar não posso deixar de agradecer aos politiqueiros e aos fazedores de opinião que vivem da intriga, da manipulação e da hipocrisia, o facto de se acotovelarem nos meios da comunicação social contra a Associação 25 de Abril e o seu Presidente.

As vossas frustrações, invejas e rancores, de braço dado com a única forma que encontraram de estar na vida: enganar para sobreviver – não impede que vos tenha caído a roupagem democrática.

Finalmente o "rei vai nu" e, se vos restar a coragem de olhar para o espelho, verão reflectida a vossa verdadeira imagem. Aguentem-na que é a vossa!

Muito obrigado por nos mostrarem a genuína natureza dos feios, porcos, maus e mal agradecidos.

Muito obrigado por nos mostrarem a genuína natureza dos feios, porcos, maus e mal agradecidos.

Depois de todos estes singelos mas sinceros agradecimentos, mais de conjuntura do que de circunstância, quero afirmar que a indignação, o repúdio e o nojo que me provoca a campanha que está em marcha para silenciar definitivamente os "capitães de Abril" e com eles e através deles, tudo o que de mais límpido e nobre teve o 25 de Abril, é manobra que não me atemoriza.

Até porque sobrevivemos, até porque continuamos disponíveis, atentos e actuantes, acreditamos que a República Democrática de que lançamos a primeira pedra na madrugada de 25 de Abril de 1974 está interessada em fazer justiça aos que, no fundo, foram os seus obreiros, aqueles que lhes abriram os caboclos.

Não pedimos nada, nunca quizemos nada, mas nunca, mesmo nunca, aceitaremos ser descriminados e injustiçados.

Aos revanchistas e aos provocadores, responderei com Guerra Junqueiro: "O silêncio tem voz".

Mas antes de me calar, deixem-me dizer-vos, no mínimo, o seguinte: a Associação 25 de Abril até acreditou que já podia haver justiça em Portugal. Mera ilusão! Afinal – como no tempo da outra senhora – "está tudo como dantes no Quartel-General dos farsantes".

É no mínimo cómico, para não dizer trágico-cómico, que aqueles que mais odeiam o 25 de Abril, em concubinagem com os que se orgulham de serem os melhores alunos da Europa e do neoliberalismo global, nos pretendam dar lições de ética em nome dos "valores de Abril".

Resvala para a amnésia, o oportunismo servil ou a provocação ordinária, o palrar e o escrevinhar dos que, em nome dos mesmos valores de Abril, se afirmam chocados e decepcionados por haver quem ainda espere equidade e justiça, em vida.

Nunca souberam, ou já esqueceram que um dos objectivos principais do 25 de Abril foi dar a todos os portugueses a liberdade, consubstanciada num Estado Democrático de Direito em que não houvesse lugar para injustiças?

Se reconhecem que os militares de Abril foram e continuam a ser injustiçados, porque se recusam a fazer-lhes justiça, enquanto alguns ainda estão vivos?

Porque preferem continuar a insultá-los? A segregá-los? A injustiçá-los? A sepultá-los vivos?

Estão à espera que nos juntemos todos ao Sacramento Marques, ao Gil, ao Miquelina Simões e ao Maia?

Se assim é, estejam descansados: olha que grande novidade... pelo andar da carruagem, lá chegaremos.

Finalmente – para além da postura que cada um de nós assuma, ou de qualquer eventual deliberação que saia desta Assembleia, em relação à atitude a tomar perante as chamadas comemorações oficiais do 25 de Abril – deixo aqui o meu veemente apelo à camaradagem, coesão e unidade de todos os consócios. Sem isso nunca o 25 de Abril de 1974 teria sido possível nem a nossa Associação teria nascido, vivido e crescido, como foi o caso.

Muito obrigado.

ÁLVARO FERNANDES

A Associação 25 de Abril até acreditou que já podia haver justiça em Portugal. Mera ilusão!

VAMOS APRENDER BRIDGE! (43)

Ao assumirmos, com o Referencial, a responsabilidade da autoria de um artigo sobre Bridge propusemo-nos como primeiro objectivo a apresentação, mais ou menos completa, dum sistema de jogo que permitisse, aos leitores interessados, melhorar a prática da modalidade com a consolidação das regras do leilão, assentes em moldes naturais, por forma a permitir uma mais generalizada utilização do sistema em questão.

Ao fim de 42 artigos, publicados ao longo de mais de 10 anos, podemos afirmar que atingimos o objectivo proposto. Os nossos leitores dispõem de um sistema natural que lhes permite tomarem parte em qualquer partida de Bridge, sem que se sintam inferiorizados por pouca informação disponível para a prática da modalidade.

Mas a realidade é que o jogo do Bridge é uma modalidade em que os assuntos a abordar são praticamente inesgotáveis. Os sistemas de marcação são inúmeros, as convenções que podem ser introduzidas em cada um, procurando resolver problemas específicos das marcações, no que à definição das mãos se referem, são as mais diversas, as técnicas de carteio apresentam um campo de conhecimentos profundo e as regras de ataque de flanco são também muitas. Por tudo isto o jogo em si é tão aliciante e representa um constante desafio ao praticante que, cada vez mais, procura resolver melhor os problemas que se lhe apresentam à mesa de jogo.

Serviu este intróito para explicar que , a partir de agora, os artigos a publicar não visarão a continuação da apresentação do sistema mas sim a sua complementaridade, com a divulgação de Convenções que permitirão, a quem as utilizar, tornar o leilão mais eficaz e/ou mais agressivo, sobretudo em Bridge de competição. Para além das Convenções é minha intenção analisar técnicas de carteio e apresentar regras no ataque de flanco que permitirão melhorar as prestações dos nossos leitores à mesa do jogo quer, no cumprimento dos contratos quer na melhor defesa aos marcados pelos adversários.

E no desenvolvimento da linha anteriormente traçada vamos analisar a questão do ATAQUE DE FLANCO.

A SINALIZAÇÃO NO ATAQUE DE FLANCO

Marcado que foi um contrato, não interessa qual nem a que nível, pela linha adversária, o principal objectivo do nosso par será, logicamente, tentar derrotar a marcação ou, pelo menos, procurar fazer o máximo número de vasas, limitando os adversários a um mínimo de sucesso.

Este conceito é óbvio mas a sua implementação à mesa requer muita prática, concentração, poder de análise, conhecimentos técnicos e imaginação que permitam utilizar as "armas" disponíveis com a adequada eficácia.

Os parceiros em flanco têm que utilizar um sistema de sinalização que lhes permita comunicar por código, perceptível nas cartas que cada um joga já que não o poderão fazer por gestos ou por palavras, do interesse em atacar ou não determinado naipe ou de qual o naipe que desejariam ver atacado.

Vejamos um exemplo:

N/S está a jogar 3 ST e W saiu a A♦

Suponha E com uma das mãos em ♦:

A - D 9 2
B - 9 4 2

É óbvio que com a mão A, W deveria "chamar" a ♦, mostrando o seu interesse no naipe e com a mão B deveria "negar" o naipe dizendo ao seu parceiro que não tinha figuras nem interesse no naipe e, se possível, simultaneamente "dizer" quantas cartas detinha.

Facilmente se deduz que os jogadores no flanco têm que resolver, para que os ataques possam ser consistentes, 3 problemas:

- O interesse (ou não) no ataque do naipe de saída ou posteriormente desencadeado pelo parceiro (ATITUDE);
- Indicação do número de cartas que possuem no naipe atacado pelo parceiro ou no da saída (CONTAGEM);
- Interesse especial no ataque de um determinado naipe (PREFERÊNCIA).

Resolver este "trilema" com a apresentação de apenas uma carta sobre a saída do parceiro convenhamos que é uma impossibilidade. Uma carta não poderá ter (regra geral) dois significados, Só em situações muito particulares a mensagem enviada poderá ser multifacetada. Mas essas situações são raras e, mesmo assim, terão que ser bem aproveitadas para que "toda" a mensagem possa ser apreendida pelo parceiro.

Quer isto dizer que ou se dá sinal de ATITUDE ou de CONTAGEM ou de PREFERÊNCIA e que o parceiro terá que saber "ler" se a carta exposta pelo jogador lhe transmite sinal de interesse no naipe ou pretende dizer quantas cartas tem na mão.

Como fazer isto obtendo uma percentagem de acertos que traduzam uma eficácia apreciável?.

Seguindo algumas regras, tendo a noção de que cada caso é um caso e que sobre ele importa nos debruçarmos com espirito analítico e decidir em conformidade e por último, mas não menos importante, praticar muito e saber tirar, dos erros cometidos, as ilações correctivas necessárias.

A primeira regra que aqui vos pretendo deixar é a seguinte:

Uma carta jogada pelo nosso parceiro indica prioritariamente ATITUDE ou CONTAGEM.
Só indicará uma PREFERÊNCIA se, inequivocamente, não se poder identificar com uma das outras situações.

Outra regra é:

Uma carta jogada pelo nosso parceiro, em princípio, só tem um significado, importando, isso sim, descodificá-lo correctamente.

Deixaremos para o próximo número a apresentação dum sistema de sinalização que permita resolver as questões do "trilema" anteriormente equacionado.

Até ao próximo número

Luis Galvão

(Continuação da pág. 1)

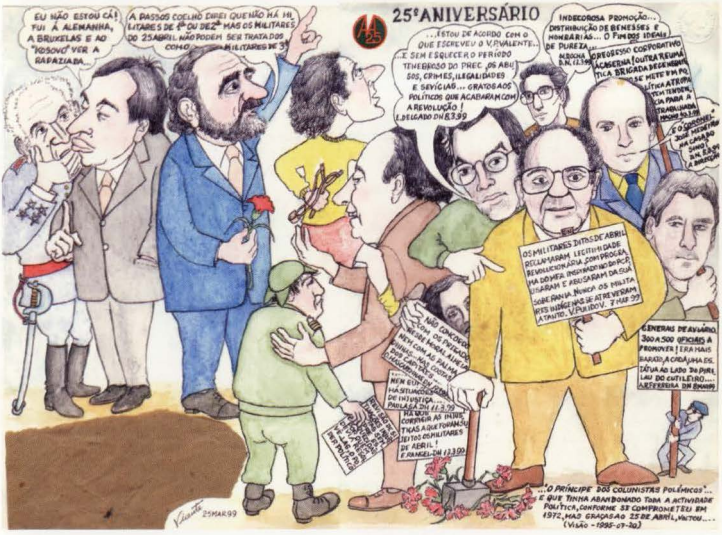
terem empenhado corajosamente em algumas das transformações que mais significativamente marcaram o processo revolucionário. E são estas transformações que os *opinion maker* se recusam a aceitar.

O que este grupo de "auto--suficientes intelectuais" censura, é o facto de o 25 de Abril não ter, num passe de mágica, em 24 horas, ter transformado a ditadura numa democracia plena, criando por geração espontânea órgãos de soberania eleitos, leis aprovadas em instâncias representativas. O que estes "iluminados", muitos dos quais recém-convertidos às delícias do ultra-liberalismo, depois de terem militado em grupos mais radicais que, no período revolucionário, em permanen-te gritaria, exigia nas ruas imediatas e ilimitadas "conquistas revolucionárias" parece terem esquecido, é que o 25 de Abril desencadeou uma dinâmica popular que agitou o País e constituiu o "caldo sócio-político-cultural" que temperou e fermentou a democracia portuguesa.

Nós os militares do MFA e que se reconhecem como os "militares de Abril", sabemos quem somos e sabemos que os outros sabem quem somos. E nós, assumimos o 25 de Abril por inteiro. Assumimos, com as suas virtudes e os seus pecados, a conspiração, assumimos o golpe de Estado, assumimos o processo revolucionário, assumimos a estabilização.

E os militares do MFA que, durante o período revolucionário, sem que o desejassem mas cumprindo uma missão que o poder político lhes impunha, estiveram graduados em postos que excediam a sua posição hierárquica, foram os que, apesar de tudo, mais responsabilidades tiveram para que se evitasse o vazio do poder, se assegurasse o exercício das liberdades fundamentais, o funciona-mento da instituição militar, a actividade do aparelho do Estado e da administração, as negociações que puseram termo às guerras nas colónias, a reinserção de Portugal na comunidade internacional. Foram eles quem, enfrentando as convulsões sociais, a luta política pelo poder e as interferências externas, mais co-laboraram com o Presidente da República no mérito que hoje todos lhe reconhecem de ter evitado a guerra civil e dado um contributo decisivo para a institucionalização da democracia.

Uma coisa os manifestantes de opinião nunca terão e daí a sua frustração. Nunca sentirão o calor do carinho popular que, tantas vezes, por todos os recantos deste país, os "militares de Abril" têm recebido dos seus concidadãos.

E é esta a maior promoção a que alguém pode aspirar.

PEDRO PEZARAT CORREIA